



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, APLICADAS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

MARIA SILVIA TORQUATO FERREIRA

**O AGRONEGÓCIO E SUA INFLUÊNCIA SOCIOESPACIAL NO SÍTIO PAU
BRANCO, ZONA RURAL DE MOSSORÓ/RN**

MOSSORÓ - RN

2019

MARIA SILVIA TORQUATO FERREIRA

**O AGRONEGÓCIO E SUA INFLUÊNCIA SOCIOESPACIAL NO SÍTIO PAU
BRANCO, ZONA RURAL DE MOSSORÓ/RN**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, com habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Prof. Dr. José Erimar dos Santos

MOSSORÓ - RN

2019

©Todos os direitos estão reservados à Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996, e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata, exceto as pesquisas que estejam vinculadas ao processo de patenteamento. Esta investigação será base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) seja devidamente citado e mencionado os seus créditos bibliográficos.

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas
da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F383a Ferreira, Maria Silvia Torquato.
O Agronegócio e sua influência socioespacial no
Sítio Pau Branco, zona rural de Mossoró/RN / Maria
Silvia Torquato Ferreira. - 2019.
65 f. : il.

Orientador: José Erimar dos Santos.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Educação do Campo,
2019.

1. Agronegócio no semiárido. 2. Impactos. 3.
Influência. 4. Sítio Pau Branco Mossoró/RN. I.
Santos, José Erimar dos, orient. II. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

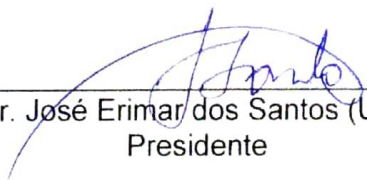
MARIA SILVIA TORQUATO FERREIRA

**O AGRONEGÓCIO E SUA INFLUÊNCIA SOCIOESPACIAL NO SÍTIO PAU
BRANCO, ZONA RURAL DE MOSSORÓ/RN**

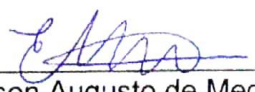
Monografia apresentada à Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como
requisito para obtenção do título de
Licenciado em Licenciatura Interdisciplinar
em Educação do Campo.

Defendida em: 21 / 03 / 2019

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Erimar dos Santos (UFERSA)
Presidente



Prof. Dr. Emerson Augusto de Medeiros (UFERSA)
Membro Examinador



Prof. Dr. Luiz Gomes da Silva Filho (UFERSA)
Membro Examinador

In Memoriam de meu pai, Francisco Torquato Silvério.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos vão, em especial, para as pessoas que foram fundamentais para que eu realizasse mais essa etapa tão importante na minha graduação. Ao todo, seria uma lista imensa, que foram as que contribuíram de uma forma indireta, mas aqui descrevo as que contribuíram diretamente.

Agradeço ao meu Deus, que é o responsável até mesmo pelo ar que respiro, e principalmente por ter me concedido a oportunidade de estar vivendo esse momento tão significativo na minha vida. Ele é tudo no meu viver.

A Marcos Carvalho, meu esposo, que tem sido meu companheiro em todo o processo da graduação, me dando sempre apoio.

A Rayssa Torquato, minha filha, que tem me auxiliado em todas as necessidades no decorrer de minha graduação.

A minha mãe, Francisca Pereira Torquato e meu padrasto, Gilberto Freitas, por cuidarem do meu filho Murilo Torquato para que eu possa realizar esse grande sonho da minha vida de cursar uma graduação em Universidade Pública.

As minhas irmãs e professoras Maria Do Céu Torquato e Maria Do Carmo Torquato, que estão sempre ao meu lado quando necessito de algo, principalmente relacionado às atividades da faculdade direcionadas à prática de professor.

A comunidade Sítio Pau Branco, Mossoró - RN, abrindo todas as possibilidades para que eu pudesse realizar estágios, pesquisas acadêmicas, entrevistas e outros meios formais e informais de se obter conhecimentos.

Ao Prof. Dr. José Erimar dos Santos, meu orientador, que tenho uma grande admiração! Obrigada por sempre apresentar-se disponível a mim, sem tantas formalidades e burocracias do meio acadêmico. Quando penso em longanimidade e excelência profissional, seu nobre exemplo me percorre a memória.

Aos professores que contribuíram para minha formação acadêmica, bem como à banca examinadora. Obrigada pela disponibilidade e confiança.

A Patrícia, minha amiga que sempre esteve ao meu lado em momentos de angústias e deleites que envolvem o cotidiano do âmbito acadêmico, entre outras colegas, as quais vivenciaram esse momento juntamente comigo.

A Família Torquato, pelos ensinamentos, apoio, palavras e atitudes. Cada membro dessa grande família contribuiu significativamente dentro de suas peculiaridades.

Uma nação que destrói seu território,
destrói a si mesma.

Franklin D. Roosevelt

RESUMO

O estudo da influência do agronegócio no Sítio Pau Branco/Mossoró RN mostra-se indispensável para a compreensão da configuração atual desta comunidade, já que a mesma possui uma interdependência com esta atividade tanto em aspectos ambientais como sociais e econômicos. Pensando assim, optou-se em analisar as principais influências socioespaciais decorrentes do agronegócio na localidade, enfatizando como se deu a expansão desse processo a partir da aquisição de terras e os impactos (positivos e negativos) advindos desta atividade econômica. Metodologicamente, a pesquisa fundamentou-se através de uma revisão bibliográfica, documental e de campo, tornando-se, portanto, qualitativa. *A priori*, realizou-se um estudo sobre a questão agrária no Brasil, a atividade do agronegócio, com seus conceitos e contextos e as políticas públicas direcionadas ao grande e pequeno agricultor. Para tanto, utilizou-se escritores como Fernandes (2014), Santos (2006), Araújo (2007), entre outros. Posteriormente, a partir de documentos oficiais encontrados na comunidade, pretendeu-se colher informações que auxiliassem no processo de análise, tais como o Projeto Político Pedagógico da Escola (2018), contratos de terras (1971), batistérios (1975) e uma revista que retrata a cooperativa local (2008). Em seguida, através da realização de um formulário com perguntas fechadas, buscou-se obter subsídios para a investigação da realidade local no que tange ao processo de aquisição de terras e os impactos socioespaciais advindos do agronegócio. Os resultados obtidos no decorrer da pesquisa, portanto, estão postos neste trabalho em uma sucessão dialogada, crítica e reflexiva.

Palavras-chave: Agronegócio no semiárido. Impactos. Influência. Sítio Pau Branco Mossoró/RN.

ABSTRACT

The study of the influence of agribusiness in the Pau Branco / Mossoró RN Site is indispensable for understanding the current configuration of this community, since it has an interdependence with this activity in both environmental, social and economic aspects. Thus, it was decided to analyze the main socio-spatial influences of agribusiness in the locality, emphasizing the expansion of this process from the acquisition of land and the impacts (positive and negative) from this economic activity. Methodologically, the research was based on a bibliographical, documentary and field review, becoming, therefore, qualitative. A priori, a study was carried out on the agrarian question in Brazil, the agribusiness activity, with its concepts and contexts and the public policies directed to the great and small farmer. For that, we used writers such as Fernandes (2014), Santos (2006), Araújo (2007), among others. Subsequently, from official documents found in the community, it was sought to gather information that would aid in the analysis process, such as the School's Political Pedagogical Project (2018), land contracts (1971), baptisteries (1975) and a magazine that portrays the local cooperative (2008). Then, through a form with closed questions, we sought to obtain subsidies for the investigation of the local reality regarding the land acquisition process and socio-spatial impacts from agribusiness. The results obtained in the course of the research, therefore, are placed in this work in a dialogical, critical and reflexive sequence.

Keywords: Agribusiness in the semi-arid region. Impacts. Influence. Site Pau Branco Mossoró/RN.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	–	Impactos negativos gerados pelo uso excessivo de agrotóxico no Sítio Pau Branco	40
Gráfico 2	–	Doenças provocadas em humanos e animais oriundas do agronegócio.....	42
Gráfico 3	–	Mudanças observadas na atmosfera (respiração) da comunidade após a implantação da atividade do agronegócio	43
Gráfico 4	–	Mudanças no lençol freático da comunidade Sítio Pau Branco.....	44
Gráfico 5	–	Plantas nativas que foram desmatadas pelo agronegócio na comunidade.....	45
Gráfico 6	–	Ações do agronegócio que prejudicaram o contato do homem com a natureza na comunidade.....	46
Gráfico 7	–	Troca de paisagem natural por paisagem imaterial (modificada).....	47
Gráfico 8	–	Ações sociais que o agronegócio trouxe para a comunidade Pau Branco.....	49
Gráfico 9	–	Estrutura da comunidade no que refere-se à educação, saúde, segurança e habitação.....	50
Gráfico 10	–	Mudanças na forma de trabalhar com a terra após a chegada do agronegócio no Sítio Pau Branco.....	51
Gráfico 11	–	Aspectos (social, ambiental e econômico) que o agronegócio mais influenciou na comunidade, sejam positivos ou negativos.....	52
Gráfico 12	–	Tipos de impactos (positivos ou negativos) que o agronegócio trouxe ao Sítio Pau Branco.....	53

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	– Localização geográfica do Sítio Pau Branco, município de Mossoró/RN.....	27
--------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SNPA	Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
ADAP	Associação de Desenvolvimento Agroindustrial Potiguar
COODAP	Cooperativa de Desenvolvimento Agroindustrial Potiguar
PPP	Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1	A questão agrária no Brasil.....	17
2.2	Agronegócio: entre conceitos e contextos.....	18
2.3	Políticas públicas: agronegócio e pequenos produtores.....	20
3	MATERIAIS E MÉTODOS	23
3.1	Classificação da pesquisa.....	23
3.2	Procedimentos da pesquisa.....	23
3.2.1	Pesquisa bibliográfica.....	24
3.2.2	Pesquisa documental.....	24
3.2.3	Pesquisa de campo.....	25
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	27
4.1	O Sítio Pau Branco Mossoró/RN e o novo contexto com a chegada do agronegócio.....	27
4.2	Perfil dos entrevistados.....	32
4.3	A expansão do agronegócio e o processo de aquisição de terras: uma troca de posses.....	33
4.4	Motivados por que e para quê?	35
4.5	Impactos socioespaciais provocados pelo agronegócio no Sítio Pau Branco Mossoro/RN.....	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	56
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	59
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO.....	62

1 INTRODUÇÃO

Dentre as múltiplas faces de inquietação pessoal, surge a necessidade de realizar uma pesquisa ancorada e intitulada *O Agronegócio e sua influência socioespacial no Sítio Pau Branco, zona rural de Mossoró/RN*. Nesse emaranhado complexo de ideias a respeito do tema supracitado, parte a seguinte indagação: quais os aspectos socioespaciais decorrentes da influência do agronegócio no Sítio Pau Branco, zona rural de Mossoró/RN?

É importante que cada comunidade conheça sua formação socioespacial e dinâmica territorial, pois traz consigo todas as contribuições existentes para a sua configuração, ajudando a compreender melhor uma organização comunitária específica. Assim, tornou-se de interesse dessa pesquisa analisar as principais influências socioespaciais decorrentes do agronegócio na localidade.

Distante de obter a pretensão em definir apenas quais os impactos do agronegócio que mais prevalecem na comunidade, se positivos ou negativos, buscou-se expor a visão dos moradores de modo tanto objetivo como subjetivo, uma vez que suas perspectivas ancoravam-se mais no passado e no presente e não no futuro, dando à pesquisa nuances imprecisas.

É imprescindível que haja uma reflexão quanto aos impactos positivos e negativos provocados pelo agronegócio nessa comunidade específica, bem como analisar o processo de aquisição de terras para a expansão do agronegócio, visto que a comunidade depende de forma direta e indiretamente dessa atividade econômica. Nesse sentido, é de suma importância um olhar crítico quanto aos impactos que o agronegócio acarreta para a população, sobretudo nos aspectos sociais e ambientais.

Muitos elementos contribuíram para o processo de transformação da comunidade, tais como: a chegada do agronegócio, a implantação da agricultura familiar irrigada e os pequenos produtores da fruticultura irrigada, contribuindo para o crescimento da economia e o aumento populacional da mesma. Segundo Araújo (2007, p. 15) “A evolução da sócio economia, sobretudo com os avanços tecnológicos, mudou totalmente a fisionomia das propriedades rurais, sobretudo nos últimos 50 anos [...]. O avanço tecnológico foi intenso, provocando saltos nos índices de produtividade agropecuária”.

Durante a presente pesquisa, será analisado os efeitos decorrentes do agronegócio no âmbito social, ambiental, econômico e educacional que interferem no desenvolvimento da própria comunidade, sejam essas consequências positivas ou negativas.

É relevante a produção de pesquisas que auxiliem tanto na própria comunidade a ser estudada, como na universidade que subsidiou a realização desses conhecimentos. Quanto ao âmbito acadêmico, é pertinente a produção de trabalhos científicos, na tentativa de dar contribuições à sociedade em geral. Já para a comunidade, é importante que essa ferramenta seja utilizada nas escolas, associações, entre outros ambientes coletivos e individuais, servindo como meios de informações para os moradores obterem orientações que aumentem sua criticidade.

[...] o momento de transição paradigmática pelo qual estamos a passar exige que adotemos uma prática científica solidária, preocupada com a destinação social do conhecimento que produz. Faz-se, assim, necessário desenvolver uma nova interação com a universidade, baseada antes na cooperação do que na mercantilização do conhecimento, capaz de incorporar diferentes formas de relação entre os pesquisadores e outras organizações, principalmente os grupos sociais mais vulneráveis, como é o caso das instituições sindicais, dos movimentos sociais e das organizações populares e não governamentais (CARNEIRO, 2015, p. 207-208).

Metodologicamente, utilizou-se uma revisão bibliográfica a partir dos pressupostos de autores como Milton Santos (2006), Sérgio Sauer (2008), Bernardo Fernandes (2014), Moura (2010), entre outros. Seguir-se-á com uma análise de documentos oficiais (atas, revistas, contrato), uma pesquisa de campo de cunho qualitativo e uma entrevista estruturada a partir de formulários.

Foi retratado, a partir dos quatro capítulos subsequentes da pesquisa, algumas ramificações: referencial teórico, com uma reflexão bibliográfica a partir da concepção de alguns autores sob os enfoques do agronegócio, políticas públicas e o uso do território; material e métodos, o qual será elencado todo o processo da pesquisa; análise dos dados, resultados e discussões, representado a partir dos formulários aplicados aos sujeitos, através de gráficos e análise; considerações finais, sendo aqui expresso o desfecho diante de toda leitura e relatos sobre o tema pesquisado; além das referências, nas quais serão identificadas todos os dados que subsidiaram a presente pesquisa, bem como o uso de apêndices.

A partir dessa pesquisa introdutória quanto a atividade do agronegócio e sua influência (positiva e negativa) na vida dos moradores da comunidade Sítio Pau Branco Mossoró/RN, buscou-se proporcionar conhecimentos que contribuirão para uma melhor relação entre a realidade dos residentes desse município e a teoria/análise dos dados constatados através da pesquisa, culminando em resultados que atuarão direto e indiretamente na criticidade dos moradores diante da vivência com o agronegócio.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para melhor compreender o processo de configuração e reconfiguração agrícola que o Brasil sofreu no decorrer de sua história, buscou-se, neste capítulo, sintetizar esse emaranhado de conceitos acerca do homem e seu uso com a terra. Portanto, elencou-se alguns autores que abordem sobre as seguintes temáticas: a questão agrária no Brasil, o agronegócio e seus conceitos e contextos, bem como as políticas públicas voltadas tanto para o pequeno produtor como para os grandes produtores, uma vez que é de suma importância a realização desse estudo para entender a influência do agronegócio na comunidade Sítio Pau Branco Mossoró/RN, alvo principal da presente pesquisa.

2.1 A questão agrária no Brasil

O Brasil ainda sofre com as marcas da sua colonização. Desde as primeiras distribuições fundiárias, existiu uma hierarquização quanto ao direito a essas terras, prevalecendo uma maior quantidade para aqueles que possuíam um elevado poder aquisitivo econômico. Essa configuração, portanto, ainda reflete na organização espacial atualmente vigente. Como afirma Fernandes (1999, p. 01):

Na leitura desses cinco séculos é impossível dissociar as ocupações de terras da intensificação da concentração fundiária. Esses processos sempre se desenvolveram simultaneamente construindo um dos maiores problemas políticos do Brasil: a questão agrária. Neste século, a luta pela reforma agrária passou a fazer parte dessa questão, que possui a seguinte configuração: a ocupação da terra como forma e espaço de luta e resistência camponesa; a intensificação da concentração fundiária como resultado da exploração e das desigualdades geradas pelas políticas inerentes ao sistema socioeconômico; a reforma agrária como política pública possível de solucionar o problema fundiário, mas nunca implantada.

Stédile e Estevam (2011, p. 15) afirmam que “[...] na Geografia, é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades e as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território”. Tendo em vista a atual situação desse convívio entre a natureza e o homem, este tem utilizado os

bens naturais de forma inadequada, acarretando prejuízos principalmente de caráter social.

No tocante ao social, para se obter uma divisão de terras menos desiguais, necessitou-se de muitas lutas e reivindicações de grupos para a conquista desses bens da natureza, fornecendo subsídios para o avanço entre o contato do homem com uma pequena porção de terra. Conforme Silva (1981, p. 05), a questão agrária “[...] não foi resolvida anteriormente [...] – ela fora silenciada. Para isso foi necessário fechar sindicatos, prender e matar líderes camponeses, além de outra série de violência que todos conhecem ou pelo menos imaginam”. Esses atos trouxeram percas e sofrimentos para aqueles que lutavam por direitos igualitários.

De posse com a terra, surge a conflituosa relação organizacional entre o homem e a natureza, existindo sempre uma dependência da ação do homem com os recursos naturais que possuía, resultando nos bens materiais e imateriais. A esse respeito, Santos (2006, p. 60) afirma:

A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território. Lembremo-nos, porém, de que os resultados da ação humana não dependem unicamente da racionalidade da decisão e da execução. Há, sempre, uma quota de imponderabilidade no resultado, devida, por um lado, à natureza humana e, por outro lado, ao caráter humano do meio.

Dessa busca do homem pelos bens materiais e lucros, surgiu a necessidade do uso diferenciado de se trabalhar com a terra, com a finalidade de se produzir em maiores proporções a partir da utilização de tecnologias modernas e globalizadas, originando, assim, as atividades do agronegócio.

2.2 Agronegócio: entre conceitos e contextos

A definição do termo agronegócio, conforme afirma Araújo (2007), surgiu em 1957 pelos autores Davis e Goldberg, a partir de um vocábulo inglês denominado *agribusiness*. Através de um estudo realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR (2015, p. 18), inicialmente, *agribusiness* representava, para esses autores, “A soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades

agrícolas, e do armazenamento do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e dos itens produzidos a partir deles”.

Ainda conforme o SENAR (2015), esse mesmo termo continuou a ser utilizado também no Brasil, sendo implantado no país a definição precisa de agronegócio apenas a partir de 1990. Hoje, essa definição popularizou-se em todo o território nacional, alcançando não só um conceito, mas, sobretudo as práticas de produções advindas dessa atividade agrícola.

Atualmente, de acordo com Santos e Glass (2018, p. 06) “O agronegócio é um dos pilares da economia de muitos países do sul global, e em especial da brasileira. Corporações nacionais do setor agroalimentar estão entre as maiores do mundo.” De fato, essa grande produção tem contribuído de modo significativo na economia a nível nacional e internacional.

Em suma, o agronegócio consiste na produção em alta escala de mercadorias, principalmente visando à comercialização externa. Segundo Araújo (2007, p. 09) “Assim, a produção agropecuária deixou de ser coisa de agrônomos, de veterinários, de agricultores e de pecuaristas, para ocupar um contexto muito complexo e abrangente que é o do AGRONEGÓCIO, envolvendo outros segmentos”.

Já conforme Sauer (2008, p. 14), o agronegócio “designa, a princípio, um conjunto de ações e transações comerciais (produção, industrialização e comercialização), ou seja, negócios relacionados à agricultura e à pecuária”. Ambos autores, Araújo e Sauer, possuem uma mesma perspectiva quanto ao agronegócio: além deste ter um elo com a agricultura e a pecuária, há também, dentro de sua atividade, uma preocupação com a industrialização e a comercialização dos produtos.

São muitos os questionamentos em torno dos efeitos provocados pelo agronegócio. Em partes, observam-se infindas alternativas para a economia nacional, contribuindo com a produção de empregos, aumento na produção alimentar e um considerável desenvolvimento econômico. Segundo Araújo (2007, p. 29)

Essa contribuição foi mais relevante ainda nos últimos anos, quando o Brasil abriu as portas às importações e não teve a mesma resposta às exportações de modo geral. Porém, o agronegócio, sobretudo a produção agropecuária, tem respondido muito bem às expectativas e

vem servindo como âncora para todos os programas econômicos do país e salvando a balança comercial brasileira.

Em contrapartida, é notável o alto prejuízo ao meio ambiente que essa prática infunde no país, prejudicando a natureza e a saúde humana/animal. Conforme Moura, Santos e Barros (2010, p. 5-6), fazendo um paralelo entre o espaço antes e depois da chegada do agronegócio, percebe-se que anteriormente “[...] tinha usos diferenciados dos dias atuais, sendo de posse das comunidades tradicionais que vivam da pecuária e da agricultura de subsistência, convivendo de uma maneira mais harmônica com a natureza, causando impactos menores ao ambiente”.

As mudanças provocadas pelo agronegócio sejam elas positivas ou negativas, refletem no cotidiano do espaço em que o mesmo está inserido, tanto no sentido social como no econômico e cultural, incentivando até mesmo o modo de se trabalhar com a terra e com a natureza. A priori, utilizavam-se sementes crioulas¹ e fertilizantes naturais e ecológicos. Atualmente, com a chegada do agronegócio, esses itens estão sendo substituídos por produtos químicos altamente prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Diante dessa mudança provocada pela agricultura modernizada no Brasil, houve a necessidade das instituições públicas criarem políticas direcionadas para os grandes e pequenos produtores, com o intuito de possibilitar o financiamento, as pesquisas e assistência técnica na produção e proteção do meio ambiente.

2.3 Políticas públicas: agronegócio e pequenos produtores

Muito se fala a respeito de políticas públicas ligadas tanto ao pequeno produtor como ao agronegócio. Todavia, o que de fato são políticas públicas e como elas estão diretamente relacionadas ao avanço e limitações dessas duas atividades de produções bastantes presentes no Brasil?

As políticas públicas representam possibilidades definidas pelo Estado com o objetivo de beneficiar os produtores, subsidiando alternativas para o financiamento da produção agrícola. Em síntese, compreendem [...] diretrizes, princípios

¹ As sementes crioulas são variedades desenvolvidas, adaptadas ou produzidas por agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, com características bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/voc%C3%AA-sabe-qual-import%C3%A2ncia-das-sementes-crioulas>

norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos [...]” (TEIXEIRA, 2002, p. 02).

Por conseguinte, as políticas públicas destinam tanto empréstimos e auxílios financeiros para a realização de projetos agroindustriais, como também fornecem instituições e empresas que dão assistência técnica e acadêmica. Desse modo, existem as esferas estaduais e internacionais:

Nos governos estaduais, as políticas públicas para o agronegócio são vinculadas às secretarias estaduais de agricultura. Na maioria das vezes, essas pastas constam com empresas de assistência técnica e extensão rural – Ematers e outras instituições de apoio ao agronegócio (empresas de pesquisas, centrais de abastecimento etc) [...]. No âmbito internacional, também podemos citar uma organização de extrema importância para o desenvolvimento das políticas públicas do agronegócio: a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO. (SENAR, 2015, p. 24-25).

Embora existam políticas públicas que beneficiam o agronegócio, como o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária – SNPA, órgão responsável por subsidiar pesquisas relacionadas à agropecuária e políticas de financiamento, com possibilidades diferenciadas para o pagamento, entre outras, há também aquelas que colaboram para a produção do pequeno produtor, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, colaborando com a infraestrutura e linha de crédito. Essas políticas públicas apresentam proporções diferentes de cuidado e manutenção entre essas duas atividades agrícolas.

Conforme afirma Gehlen (2001, p. 76) o governo federal investe em projetos com estratégias para dar possibilidades ao pequeno produtor, “[...] buscando contribuir com o suporte científico e tecnológico para a valorização do pequeno produtor rural com vista ao desenvolvimento local integrado [...]”.

Dentro deste cenário, é conflituosa a forma de produção utilizada pelo agronegócio e pelo pequeno agricultor. Em partes, vê-se as contribuições do agronegócio para a sociedade, ao mesmo tempo que acarretam enormes prejuízos para os pequenos produtores, principalmente no que diz respeito à comercialização

dos produtos, como afirma Ubiratan Oliveira², presidente da Associação de Desenvolvimento Agroindustrial Potiguar (ADAP), quando se refere ao dinamismo dos grandes produtores da sua comunidade, Sítio Pau Branco Mossoró/RN:

Tudo que a gente produz aqui é vendido na região mesmo, mas estava acontecendo que os grandes produtores exportavam seu melão e o refugo era vendido no mercado interno por um preço muito baixo, assim o nosso produto acabava desperdiçado. Além de competirmos com o refugo, ainda tínhamos desvantagem no preço.

Nessa perspectiva, é perceptível que os pequenos agricultores têm mais dificuldade em suas produções por falta de infraestrutura para atender às exigências da vigilância sanitária, leis trabalhistas, entre outras. Em contrapartida, os proprietários de produções em grande escala têm toda uma estrutura adequada para as exigências relativas aos órgãos públicos, tornando-se desigual a competição entre os artesanais e as grandes agroindústrias.

É notável que quando o agronegócio chega, principalmente no campo, ele muda a vida rural da comunidade. É necessário, portanto, vim pessoas de outras comunidades vizinhas, sendo difícil a acomodação, hospedagem, educação, saúde e segurança dessas pessoas. Segundo Moura, Santos e Barros (2010, p. 04)

As mudanças do capital e a concentração de renda proveniente do agronegócio tem influenciado novas territorializações, estabelecendo impactos sociais nas cidades e no campo, com a interiorização da agricultura tecnificada, baseada nas commodities e com investimento de capital nacional e internacional, impondo uma nova estruturação do espaço e revelando uma inter-relação entre a rede urbana e a nova lógica do agronegócio.

Tendo em vista os vários tipos de políticas públicas direcionadas a produção agrícola, observam-se enormes resultados positivos e negativos no meio campestre, principalmente no que diz respeito ao social e ambiental. Para tanto, na presente pesquisa, utilizou-se metodologias que possibilitassem a obtenção de uma visão mais precisa da realidade de uma comunidade específica, a qual tem um cotidiano dentro da produção agrícola.

² Entrevista dada por Ubiratan Carvalho de Oliveira para a Revista *Negócio Rural*, Mossoró/RN, junho de 2008, ano 3, nº 3.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Compreende-se que para se obter um bom resultado em uma pesquisa, é necessário que se trace um caminho, como também estratégias. Foi alvo deste trabalho, percorrer esse caminho através de uma revisão bibliográfica com autores que dialogam sobre a proposta temática da presente pesquisa, assim como a pesquisa de campo e a pesquisa documental, para, assim, dar uma maior veracidade ao trabalho.

3.1 Identificação da pesquisa

Para a realização deste estudo foi adotada a pesquisa qualitativa. Minayo (1993, p. 23) a descreve como “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”.

Buscou-se o método qualitativo tendo em vista a urgente necessidade de um estudo mais subjetivo, sendo eficaz, nesse procedimento, um olhar para o cotidiano das pessoas envolvidas no contexto desta pesquisa.

3.2 Procedimentos da pesquisa

Este trabalho envolve como procedimentos de pesquisa: pesquisa bibliográfica, de campo e documental, utilizando-se da abordagem qualitativa. Bibliográfica por ter necessitado de um olhar teórico construído com vários autores frente às problemáticas abordadas no decorrer do estudo; de campo, já que surgiu a necessidade de realização de uma entrevista com os moradores da comunidade Sítio Pau Branco Mossoró - RN, com o intuito de subsidiar uma parcela da coleta de dados; e documental, tendo em vista a análise de alguns documentos oficiais, como atas, contratos, entre outros.

3.2.1 Pesquisa bibliográfica

Para o presente estudo, tornou-se imprescindível a utilização de uma **revisão bibliográfica** a partir de teses, monografias e livros, fazendo uma relação com a temática proposta. Conforme Gil (2002, p. 45), “[...] a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto [...]”.

Ainda conforme Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Entende-se que é de suma importância para a pesquisa que se tenha olhares de outros autores sobre a temática, com a finalidade de obter uma fundamentação teórica e reflexiva. Metodologicamente, utilizou-se uma revisão bibliográfica a partir dos pressupostos de autores como Milton Santos (2006), Sérgio Sauer (2008), Fernandes (2014), Moura (2010), entre outros.

3.2.2 Pesquisa documental

Mesclada à pesquisa bibliográfica, foi estudado **documentos oficiais** que deram credibilidade e relevância ao estudo, como atas, revistas, contratos de aquisição de terras, entre outros. Conforme Gil (2002, p. 45) “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico”.

No decorrer do estudo, houve uma certa dificuldade para se obter informações de documentos oficiais. Entretanto, na igreja encontrou-se o livro de registro (batistério) dos fiéis da comunidade para obter informações. Na Cooperativa de Desenvolvimento Agroindustrial Potiguar (COODAP), teve-se acesso a uma revista rural a qual discute a forma de trabalho desenvolvida na comunidade. Já na escola, o Projeto Político Pedagógico (PPP) auxiliou a presente pesquisa com a caracterização da comunidade, abrangendo tanto o presente como o passado da comunidade.

No âmbito de aquisição de terras, observou-se contratos públicos de compra e venda de terras, principalmente de moradores mais antigos da comunidade.

3.2.3 Pesquisa de campo

Para a presente pesquisa foi fundamental dirigir-se a uma parte da população com o intuito de obter a coleta de dados. Conforme Severino (2013, p. 122) “na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador”. Desse modo, foi imprescindível o contato entre pesquisador e pesquisados.

Realizou-se uma pesquisa de campo através de uma entrevista a partir de um formulário estruturado com 37 residentes da comunidade. Segundo Gil (2008, p. 115) “A preparação do roteiro depende da definição do tipo de entrevista a ser adotado [...]”. A escolha desse tipo de entrevista se deu para facilitar a interação entre os entrevistados e o entrevistador.

Foram pesquisados 37 sujeitos. Dois deles, com a finalidade de atingir um objetivo específico da pesquisa: a aquisição de terras para a expansão da atividade do agronegócio no Sítio Pau Branco Mossoró/RN. Sendo o roteiro da entrevista constituído por 8 questões referentes ao perfil do entrevistado e 23 questões que buscaram atingir o objetivo específico do trabalho. Destas questões 2 eram objetivas e as demais subjetivas (ver APÊNDICE A). Como requisito, exigiu-se que os entrevistados tivessem passado terras para o agronegócio e que ainda residissem na comunidade. Para os dois entrevistados, utilizou-se os nomes fictícios A e B.

O requisito utilizado para selecionar os demais pesquisados foram sujeitos que apresentavam idade a partir de 18 anos, alfabetizados e que residiam nas 35 primeiras casas da rua principal da comunidade. Utilizou-se este parâmetro, pois abrange todas as classes sociais da comunidade, sendo pesquisado um componente por família, independente do sexo.

O formulário foi dividido em duas partes com objetivos distintos. Sendo a primeira parte constituinte de 8 questões pessoais, as quais buscaram traçar o perfil do entrevistado. Já a segunda parte é constituída por 13 questões, as quais tiveram como objetivo demonstrar a visão dos pesquisados acerca dos impactos que o agronegócio acarretou no Sítio Pau Branco. Todas as questões presentes no referido formulário se tratam de questões do tipo objetiva, podendo em algumas respostas escolher múltiplas alternativas e outras apenas uma (ver APÊNDICE B).

Segundo Freitas (2000, p. 05) “Quando se constrói um questionário, fabrica-se um captador, um instrumento que vai nos colocar em contato com aquele que responde”. Essa opção, portanto, foi imprescindível para o objetivo da pesquisa: um contato direto com o entrevistado, de face a face.

Diante dos dados coletados no formulário, foram elaborados gráficos com o intuito de transformar as respostas em porcentagem a partir do programa Microsoft Excel 2013. Nesse sentido, a pesquisa fundamentou-se a partir desses direcionamentos e perspectivas. A pesquisa bibliográfica, documental e de campo compreendem os vieses que foram necessários para a construção desse estudo, com a finalidade de subsidiar os resultados e discussões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

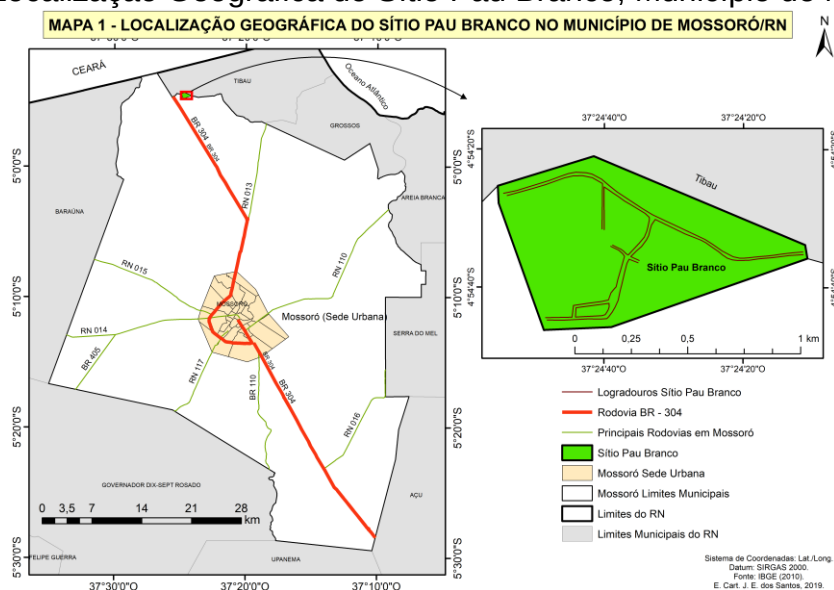
O presente Capítulo propõe fazer a análise dos dados coletados na pesquisa de campo, realizando uma interlocução com o referencial teórico, tendo em vista que contribuirão para uma melhor compreensão da realidade da comunidade após a chegada do agronegócio. Com esse intuito, utilizou-se, além da análise, o olhar de alguns escritores sobre a temática proposta e a tabulação de dados, ambos intercalados em uma sucessão dialogada.

A partir de algumas ramificações presentes no referencial teórico, com uma reflexão bibliográfica advinda da concepção de alguns escritores sob os vieses do agronegócio, políticas públicas e o uso do território, juntamente com os materiais coletados na pesquisa, elencou-se todo o seu processo, culminando em uma análise dos dados, resultados e discussões, representados a partir dos formulários aplicados aos sujeitos, através de gráficos e interpretações destes.

4.1 O Sítio Pau Branco Mossoró/RN e o Novo Contexto com a Chegada do Agronegócio

O Sítio Pau Branco está situado às margens da BR 304, município de Mossoró/RN, em uma distância de 35 quilômetros da sede urbana, no sentido Fortaleza/CE (**Mapa 1**).

Mapa 1 – Localização Geográfica do Sítio Pau Branco, Município de Mossoró/RN



Fonte: IBGE, 2010.

A comunidade Sítio Pau Branco possui, em sua formação socioespacial, diferentes classes sociais, tanto em relação a fatores econômicos como culturais e sociais. No que se refere à questão produtiva agrícola (principal fonte econômica), compreende grandes empresas que possuem como atividade o agronegócio, e pequenos produtores da agricultura familiar, provocando uma desigualdade no uso territorial. Já em sua infraestrutura, dispõe de poucos recursos para o atendimento à população, principalmente tratando-se de escolas, hospitais, segurança, lazer, entre outros. No que refere-se aos dados climáticos da região, a partir de um estudo realizado na região Maisa (situada a 4 km da comunidade Pau Branco), Moreira *et al* (2007, p. 50) afirmam:

Pelo regime térmico e pluviométrico, a região apresenta clima do tipo Bsw'h', segundo Koppen, ou seja, clima semiárido, onde a estação chuvosa se atrasa para o outono, sendo a maior incidência de chuvas no verão para o outono. (Carmo Filho et. al., 1991). Os solos da região de estudo mapeados em escala 1: 500.000 (Brasil, 1968) se enquadram nas subordens Latossolo Vermelho-Amarelo, Argissolo Vermelho-Amarelo, Nossolos Quartzarênicos, Cambissolos Háplicos e Neossolos Litólicos, de acordo com o sistema Brasileiro de classificação de Solos (BRASIL, 1997). São formados basicamente de dois materiais de origem: os calcários da formação Jandaira e os sedimentos psamíticos inconsolidados do Grupo Barreiras [...].

Conforme relatos de alguns moradores antigos, sua formação se deu há muitos anos com uma família de camponeses que possuíam parentescos na comunidade de Mata Fresca/CE, a uma distância de aproximadamente 15 km do Sítio Pau Branco, em meados do ano de 1912. Esses camponeses tinham o intuito de encontrar um ambiente para moradia e permanência que dispusesse de água e terra não habitada.

Nessa perspectiva, os camponeses abriram um caminho na mata bruta, iniciando da comunidade de Mata Fresca ao território hoje conhecido como Sítio Pau Branco, escolhendo um lugar no meio da vegetação onde havia uma reserva d'água. No convívio diário com a vegetação, esses camponeses observaram que a cor da madeira que predominava era a branca, assim definiram o nome do local de Sítio Pau-branco. Predominava-se, portanto, para o sustento e renda familiar, a extração de madeiras e o trabalho na agricultura modelo tradicional (segundo relatos de alguns moradores antigos da comunidade).

O Sítio Pau Branco é uma comunidade que tem mais de um século de existência, com uma quantidade de habitantes considerável. Segundo afirma Cunha (2017, p. 09), referindo-se à comunidade acima citada, diz:

A comunidade Sítio Pau Branco, Zona Rural do município de Mossoró – RN teve seu início em 1912. Desde sua origem até a contemporaneidade vivenciou momentos de lutas e conquistas, tanto internas como externas. As três primeiras conquistas da comunidade, que foram à capela (1975), a escola (1979) e a Energia Elétrica (1986), fez com que a população se organizasse em busca de direitos que atendessem as suas necessidades à medida que fossem surgindo.

Além dessas conquistas citadas pela autora, outros acontecimentos permearam a continuidade da história da comunidade tais como: a implantação da agricultura familiar irrigada, pequenos produtores da fruticultura irrigada, grandes empresas de agronegócio, contribuindo para o crescimento da economia e o aumento populacional da mesma.

A principal prática de trabalho desta comunidade, hoje, é a fruticultura irrigada, se destacando o melão com maior intensidade e solidez, acrescido do cultivo de outras frutas como: mamão, maracujá, banana, etc. O modelo de fruticultura utilizado advém da Maisa Agroindustrial S/A – MAISA, localizada a 4 km do Sítio Pau Branco. Como afirma o Jornal *Tribuna do Norte*³, a Agroindústria S. A. (Maísa), até 1980, cultivava apenas o caju e criava gado, posteriormente, passou-se a produzir melão em altas proporções para exportação, atingindo referência nacional no seu modelo moderno de irrigação em 1990.

[...] a Maisa Agroindustrial S/A – MAISA, uma grande empresa agroindustrial integrada (20 mil hectares), constituída em 1968 com base na cultura do cajueiro (em regime de sequeiro), ampliada e diversificada no início dos anos 1980, com diversos tipos de fruteiras irrigadas, com destaque para o melão [...]. A partir da falência das grandes empresas, como a Maísa, foi deixada uma herança tecnológica significativa, pois esta já se encontrava difundida e apropriada pelos assentados, pelos pequenos e médios produtores não-assentados, que anteriormente atuavam como integrados as grandes empresas agrícolas (AMARAL; MATOS FILHO; PONTES, 2016, p. 03 e 06).

³ Notícia publicada no site <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-historia-de-um-icone-do-campo/176709> no dia 27/03/2011.

A empresa trouxe novas tecnologias para se plantar. Portanto, os pequenos produtores oriundos do Sítio Pau Branco começaram a trabalhar na Agroindústria e, após o fechamento da empresa, em 2002, alguns pequenos produtores tiveram a iniciativa de começar a cultivar pequenos plantios irrigados de melão e melancia, se utilizando das práticas e técnicas que a Maísa usava. Já no período contemporâneo, essa comunidade pratica a monocultura irrigada do melão, mas alguns plantam outros cultivos, tais como maracujá, feijão, mandioca, entre outras, com o intuito de diversificar os tipos de produtos.

A principal renda da comunidade Sítio Pau Branco vem da agricultura, composta, em sua maioria, por médios produtores donos de seus pequenos plantios, assentados, que também utilizam da produção agrícola, agricultores familiares, trabalhadores rurais empregados nas empresas que possuem o agronegócio e comerciantes.

O surgimento das empresas que implantavam o modelo do agronegócio na comunidade, em meados de 1995, mudou o panorama do Sítio Pau Branco em distintos aspectos. Com essa nova realidade, advinda tanto do processo de globalização como do modelo implantado pelo agronegócio, surge uma organização socioespacial demarcada por significativas mudanças, sendo elas: o ato de plantar, questões econômicas, sociais e ambientais, aumento populacional, diversidade cultural, entre outros.

Outrora, o que se visualizava era uma comunidade com pouco desenvolvimento econômico, violência e disposta em sua maioria de famílias nativas (segundo relatos de residentes da comunidade). Hoje, existe um aumento considerável de empregos na comunidade, favorecendo o aspecto econômico. Entretanto, acrescido a isso, gerou-se também uma série de insegurança para a própria população, já que agora a comunidade dispunha de múltiplos casos de violência e furtos oriundos desse processo de crescimento e desenvolvimento.

No manuseio com a terra, a partir da observação da própria população quanto ao sistema regido pelas grandes empresas, os mesmos passaram a, espontaneamente, absorver em seus plantios técnicas e estruturas advindas do agronegócio, tais como ferramentas, máquinas, sementes, agrotóxico, entre outros. Esse modelo de trabalho mais mecanizado e menos artesanal agrediu em proporções significativas o meio ambiente, manifestos na atmosfera e na paisagem modificadas do lugar.

Em sua estrutura, a comunidade dispõe de uma escola estadual de 1º ao 5º (anos iniciais do Ensino Fundamental), composta por 4 professores, sendo dois da própria comunidade, uma pracinha reformada com academia ao ar livre, um posto de saúde com um atendimento semanal, incluindo médico, enfermeira e agente de saúde, estas residentes na própria comunidade e circunvizinha, uma cooperativa (com 34 sócios), tendo como objetivo a organização e venda dos seus próprios produtos agrícolas, uma padaria com funcionamento de segunda a sábado, dois supermercados, uma igreja católica, duas evangélicas e um clube para lazer, como representado no **Imagem 1**:

Imagem 1 – Localização do Centro da Comunidade Sítio Pau Branco, Município de Mossoró/RN



Fonte: Google Maps via satélite, 2019

É imprescindível, portanto, compreender o antes e depois da comunidade para melhor visualizar sua presente configuração. Tendo como divisor de águas a chegada do agronegócio, o qual é considerado um marco para as mudanças que se seguiram. Serão retratados, a partir dos relatos dos entrevistados, a conjuntura pós implantação dessa atividade econômica na comunidade.

4.2 O perfil dos entrevistados

Conhecer o perfil dos pesquisados contribuiu para uma melhor compreensão da trajetória dos mesmos com a própria comunidade, tanto no que diz respeito ao perfil individual, como coletivo, já que ambos relataram fatos históricos, os quais também contemplam o processo implantado pelo agronegócio e como formou-se esse novo contexto. Os dois entrevistados, portanto, conviveram com a realidade do antes e depois da atuação da atividade do agronegócio no Sítio Pau Branco.

O indivíduo A é aposentado, possui Ensino Médio Completo, tem 81 anos e reside na comunidade há 50 anos. Já o entrevistado B tem 54 anos, residindo na comunidade desde o seu nascimento, trabalha como autônomo prestando serviços de pedreiro e eletricista e possui Ensino Fundamental Completo. Ambos são do sexo masculino, viúvos e nasceram na cidade de Mossoró-RN.

A partir dos dados coletados na pesquisa, foi possível traçar um perfil geral dos 35 pesquisados. Sendo a maioria destes casados (54%), pertencente a uma faixa etária entre 19 e 30 anos (48%), de sexo feminino (57%), residindo entre 1 a 10 anos na comunidade (31%). Este dado demonstra que existe um número considerável de entrevistados que reside a pouco tempo na comunidade, principalmente quando se considera o tempo em que esta foi fundada.

Outro dado que pode ser observado é que a maior parte dos entrevistados nasceram na cidade de Mossoró – RN, 60%, contudo, é importante destacar que há um número expressivo de pessoas de outras cidades, isto possivelmente se deu pela chegada das empresas que implantavam o modelo do agronegócio, já que a mão de obra disposta na comunidade era insuficiente e contava com o auxílio de pessoas de outras localidades. Nesse sentido, e com relação ao município de Mossoró/RN, Bezerra (2012, p. 102) afirma:

Em visita ao município o que se pôde apreender a partir das entrevistas realizadas é que a dinâmica do emprego na região é ditada pelo comando das empresas. Estas contratam trabalhadores durante a colheita do melão, principal cultura do agronegócio, e alteram completamente o fluxo de trabalhadores interessados na criação de empregos formais principalmente no período da colheita. Esses trabalhadores se deslocam de inúmeros municípios do Rio Grande do Norte, bem como do Estado vizinho do Ceará.

Em relação aos dados referentes à empregabilidade dos 35 entrevistados da comunidade, é possível notar que a maior parte deles estão empregados (54%), sendo a maioria destes trabalhadores rurais (37%), seja nas empresas que implantam o agronegócio ou em seus próprios plantios, demonstrando assim que a atividade agrícola é bastante expressiva na comunidade. Sobre o grau de escolaridade dos entrevistados observa-se que grande parte destes possuem apenas o ensino fundamental incompleto (40%), entendendo ser como consequência da falta de assistência na educação da comunidade, tendo em vista que a referente comunidade apresenta apenas uma escola que oferece somente os anos iniciais do Ensino Fundamental, como relatado anteriormente no seu contexto (rever tópico 4.1).

4.3 A expansão do agronegócio e o processo de aquisição de terras: uma troca de posses

Com a chegada de algumas fazendas que implantam a atividade econômica do agronegócio no Sítio Pau Branco em meados de 1995, gerou-se algumas mudanças na comunidade. Através de informações de dois antigos proprietários de terras, sendo eles responsáveis por essas aquisições em função do agronegócio, a pesquisa obteve subsídios para compreender melhor como se deu todo o processo de compra e venda dessas terras para o agronegócio. Com essa finalidade, surgiram indagações diversas, tais como a quantidade de hectares que possuíam/possuem, como adquiriram a terra, o que produziram, entre outras (Ver APÊNDICE A).

Conforme relato do entrevistado A, este adquiriu suas propriedades na década de 70. Após 30 anos utilizando-as, precisamente no ano de 1999, vendeu maior parte de suas terras para as empresas do agronegócio. Já no tocante ao entrevistado B, o mesmo também adquiriu suas terras em meados da década de 70, das quais usufruiu por um período de 30 anos, pois vendeu para o agronegócio em 2005. É perceptível, portanto, que os grandes latifundiários, quando compram uma propriedade, além de retirarem a terra do camponês, levam juntamente com ela as marcas das suas histórias de vida, demarcadas pelos anos que as possuíam.

A realidade sempre pujante das transformações sócio-espaciais desencadeadas pelo avanço do capital do agronegócio tem nos possibilitado afirmar que naqueles territórios onde se dá o conflito entre temporalidade camponesa e a temporalidade do agronegócio podemos constatar um amplo movimento de mudança social que altera trajetórias de vida, intensifica os processos de (des) identidade social, expulsa comunidades tradicionais, inclui camponeses no circuito da precarização do trabalho, e, por fim, concentra cada vez mais a riqueza extraída no sertão nordestino (BEZERRA, 2012, p. 99).

Essas mudanças de cunho social, econômico, histórico e cultural influenciaram significativamente esses dois proprietários de terra. Quando perguntado aos entrevistados A e B quantas hectares possuíam/possuem sua propriedade, o A respondeu que, outrora, tinha posse de 1.200 hectares, e hoje o equivalente a 108. Já o B respondeu que anteriormente possuía 14 hectares, baixando esse número para 50 metros no presente momento. É perceptível, diante da resposta, que o agronegócio quando chega em uma comunidade, compra aquelas terras independente de ser pequeno ou médio proprietário de terra. O que importa, portanto, é aquela terra no domínio que eles almejam.

Em realidade semelhante com essa prática do Sítio Pau Branco, em outros estados brasileiros é notório essa mesma situação, como afirma Orzekovski (2013, p. 90) “[...] os territórios camponeses e as comunidades do campo passam pelo processo desterritorialização. Observamos nas pesquisas de campo [...], que nas últimas décadas muitas comunidades do Sul do Paraná estão sendo esvaziadas”.

Diante das respostas quanto a conquista dessas terras e seus respectivos atributos econômicos, o sujeito A afirma que comprou de terceiros, não sendo esta sua única fonte de renda. Já o B, diferentemente, adquiriu através de herança e apenas dela retirava o seu sustento. Ambos, portanto, exerciam a função social da terra, que consiste na sua utilização com fins específicos, principalmente no tocante ao produtivo e pecuário. A respeito da função social, Possas e Maniglia (2014, p. 46) afirmam:

A função social foi expressamente estabelecida como inerente (ou pressuposto) ao direito de propriedade, como princípio constitucional da ordem econômica [...]. Como visto, ela compreende diversas facetas: a racionalidade no aproveitamento da terra, a preocupação com o elemento ambiental, com os direitos trabalhistas e com o bem-estar tanto dos proprietários quanto dos que nela labutam.

É notório, em ambas as situações dos entrevistados, que apesar das terras serem produtivas, houve a necessidade de vendê-las por motivos distintos. Esses motivos, desencadeados em uma sucessão de perguntas e respostas, serão descritos no próximo tópico.

4.4 Motivados por que e para quê?

Nesta seção, descreveu-se os motivos pelos quais os antigos proprietários de terras venderam suas posses para o agronegócio, na tentativa de compreender o que essas vendas possibilitaram para os mesmos. Dentro desse panorama, buscou-se responder as perguntas supracitadas: por quê e para quê? Essas respostas estão presentes nas entrevistas realizadas com os dois proprietários de terras, fazendo-se um comparativo entre as falas desses dois moradores.

Motivados por desejos distintos de possuir as terras, o sujeito A com o intuito de criar e plantar, e o B, levando adiante a agricultura familiar herdada pelos seus pais, ambos a adquiriram com o intuito, além da renda, usufruir dos benefícios da vida campestre. Tal pensamento é intensificado tanto nas respostas dos entrevistados, como no fato de ambos ainda residirem na própria comunidade.

De posse com a terra, surgiram situações diferentes de manuseio com a mesma. O A, que possuía uma quantidade considerável de hectares (1.200), contava com um agregado que trabalhava como meeiro⁴ e a participação de alguns diaristas⁵. Para facilitar na produção e criação, utilizava trator, poço profundo com bomba hidráulica (71 metros), pistola para vacinar os animais, enxadas, capinadeiras, carroças, entre outras.

No tocante a visitas de técnicos e linhas de crédito para o auxílio de produção através de órgãos e instituições governamentais, o A afirma recebê-los (técnicos) anualmente, embora nunca tenha procurado acesso a esses benefícios. Entretanto, em relação a linhas de crédito, as vezes alguns órgãos vinham com o intuito de oferecer, e ele, por opção, não aceitou. Até mesmo adubos, sementes e rações

⁴ Comumente chamado “regime de meia”. Então, o trabalhador da roça, que não era assalariado, se chamava de meeiro, porque dividia a produção com o proprietário da terra. Disponível em: <file:///C:/Users/Rayssa/Downloads/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Emiliano%20Ferreira%20Dantas.pdf>

⁵ A diária representava o trabalho assalariado. Essa categoria poderia ser chamada de assalariado, mas preferiu-se considerar o termo diária por ser a forma como os trabalhadores se classificam. Disponível em: [file:///C:/Users/Rayssa/Downloads/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Emiliano%20Ferreira%20Dantas%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Rayssa/Downloads/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Emiliano%20Ferreira%20Dantas%20(1).pdf)

comprava em lojas agrícolas. O que era produzido em suas terras, vendia-se para as pessoas da própria comunidade e de comunidades vizinhas.

O entrevistado B, com uma quantidade menor de hectares (14), trabalhava unicamente com seu pai. Possuía capinadeira, forrageira, enxadas e um poço de 50 metros. As visitas dos órgãos governamentais se davam duas vezes por ano, recebendo deles também linhas de crédito. Além dos benefícios do Estado, obteve vínculo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que tem como intuito proteger os direitos dos agricultores. Conforme afirmam Malagodi e Bastos (2003, p. 02) este sindicato é um “[...] órgão receptor das necessidades dos agricultores, e capaz de atuar como catalisador e gerador de propostas, voltadas à viabilidade e sustentabilidade da agricultura familiar”.

Já em relação ao acesso de produtos de plantação pelo entrevistado B, eram comprados em cooperativas e em lojas. Já a venda de seus próprios produtos se davam por intermédio de atravessadores, estes compravam por um valor bem menor do que o preço do mercado da época e vendiam para supermercados, feirantes, entre outros.

Tendo em vista as realidades opostas entre o entrevistado A (quantidade maior de terra) e o B (quantidade menor de terra), foi perceptível que existia uma estrutura que os possibilitava manusear a terra, levando em consideração a realidade individual de ambos. Entretanto, surge a indagação: por que e para quê vender essas terras, já que era notório o desejo dos entrevistados em possuí-las e nelas produzir?

Também por motivos opostos esses dois proprietários venderam suas terras. Quando questionados quanto ao intuito de passá-las para as atividades do agronegócio, o A respondeu que ficou viúvo e precisou vender a parte da herança referente aos filhos, enquanto o B por motivos de doenças familiares. Diante dessas informações relatadas pelos entrevistados, é possível compreender que a venda não foi efetuada a partir de insatisfação dos proprietários, mas por motivos exteriores e de cunho pessoal.

Muito além de apenas diagnosticar as razões da venda, a pesquisa também contemplou respostas quanto ao contato inicial dessas aquisições. Nesse sentido, o entrevistado A afirma que um agrônomo foi para a sua propriedade e falou seu desejo de plantar nela, lhe fazendo uma proposta de compra. Como estava precisando dividir a herança para os filhos, surgiu a necessidade de vendê-las.

Inicialmente, o acordo de aquisição seria apenas referente a parte dos seus filhos, entretanto, no que diz respeito a sua própria porção de terra (108 hectares), o entrevistado A até hoje as arrendam para o agronegócio. Fazendo uma balança do valor pago pelas terras, o entrevistado A considera que foi um valor justo pelo mercado, tornando-se um acordo razoável.

Com o dinheiro da parte de seus filhos, eles investiram em educação, caminhões e saúde. Dentre os nove filhos que o entrevistado possui, cinco são atualmente caminhoneiros, um enfermeiro, um contabilista e dois microempresários, sendo o entrevistado A atualmente aposentado. Portanto, a renda adquirida com a venda das terras contribuiu, na perspectiva do entrevistado, para a empregabilidade de toda a família, apesar de alguns de seus filhos mostrarem-se insatisfeitos economicamente e profissionalmente.

Por conseguinte, o entrevistado B afirmou que a compra e vendas da terra se deu através de um agrônomo que já plantava de forma arrendada. Quando o mesmo soube que o entrevistado queria vendê-las por motivos de saúde, não hesitou em fazer a proposta de aquisição. Como precisava do valor em caráter de urgência, vendeu tudo o que possuía, ficando apenas o referente a sua casa (50 metros).

Quando indagado a respeito do valor de venda de suas terras, o entrevistado B afirma que não achou que foi um bom negócio, vendendo apenas porque, de fato, precisava do dinheiro. Hoje, mostra-se arrependido, já que hoje trabalha de eletricitista prestando serviços à própria comunidade e seus filhos são empregados assalariados.

Diante de um panorama quanto as respostas dos dois proprietários, com a venda das terras, houve uma ruptura com as práticas agrícolas, mesmo ambos sendo atualmente residentes da comunidade. O A, apesar de ainda arrendar suas terras, seu sustento principal vem da aposentadoria, já o B, como não lhe restou nenhuma propriedade para plantio, vive como diarista de forma autônoma. Desse modo, Orzekovski (2013, p. 85) afirma:

As influências da produção capitalista, seja na grande ou na pequena propriedade, foram alterando as relações de produção e as relações sociais das comunidades do campo. Dessa forma, o processo de produção capitalista e de reprodução da lógica capitalista, na medida em que se utilizam, na pequena propriedade, do mesmo modelo da grande propriedade, resultam na transformação das relações sociais, dos valores e do modo de vida.

A herança camponesa herdada pela família de geração a geração, portanto, foi perdida após a venda das terras, comprovado no fato de nenhum de seus filhos residirem na comunidade e nem trabalharem com a agricultura. Além do agronegócio retirar a historicidade desses camponeses, traz juntamente os impactos socioespaciais, tanto positivos como negativos, sendo retratado no tópico subsequente.

4.5 Impactos socioespaciais provocados pelo agronegócio no Sítio Pau Branco Mossoró/RN

A partir do processo de modificação socioespacial na comunidade Sítio Pau Branco, sobretudo após a chegada do agronegócio, alguns impactos foram decisivos para a compreensão da sua estrutura atual, os quais serão retratados três desses principais impactos a partir de questionário aplicado aos moradores da comunidade, sendo eles: ambiental, social e econômico.

Referindo-se especificamente aos impactos ambientais, estes são causados por ações humanas que ocasionam danos ao meio ambiente. No contexto local da comunidade, os feitos humanos negativos que predominam, na perspectiva dos pesquisados, são o uso excessivo de agrotóxicos, desmatamento, queimadas, entre outros. A esse respeito, Sanchez (2013, p. 29) afirma:

A locução 'impacto ambiental' é encontrada com frequência na imprensa e no dia a dia. No sentido comum, ela é, na maioria das vezes, associada a algum dano à natureza, como a mortandade da fauna silvestre após o vazamento de petróleo no mar ou em um rio, quando as imagens de aves totalmente negras devido à camada de óleo que as recobre chocam (ou "impactam") a opinião pública. Nesse caso, trata-se, indubitavelmente, de um impacto ambiental derivado de uma situação indesejada, que é o vazamento de uma matéria-prima.

De fato, os impactos ambientais são facilmente identificados no cotidiano. Entretanto, seus feitos tornaram-se tão comuns que, muitas vezes, é imperceptível a gravidade a curto, médio e longo prazo desses danos ao meio ambiente, sendo necessário, muitas vezes, a ocorrência de desastres em grandes proporções para a conscientização da população.

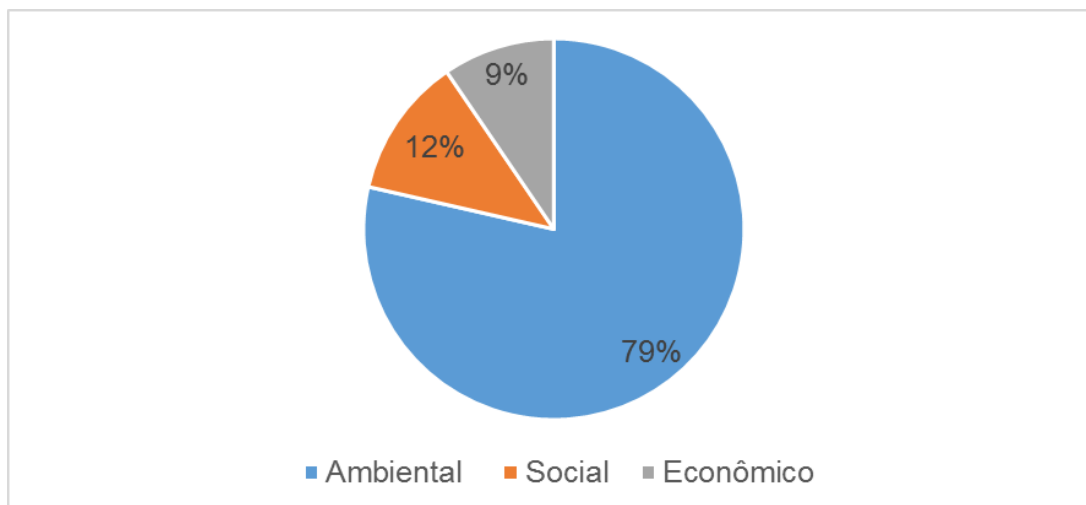
Outro fator existente na comunidade após a implantação do agronegócio foi de caráter social. Para Bombardi (2004, p. 47) “Analisar o território significa apreender as relações sociais que o determinam, [...] numa perspectiva de entendimento de que as relações sociais no mundo atual são por ele determinadas”. Nesses termos, o desenvolvimento provocado na comunidade Sítio Pau Branco após a implantação do agronegócio precisa ser observado também a partir do olhar social, que inclui questões relacionadas à desigualdade, violência, diversidade cultural, entre outros.

No âmbito econômico, o aumento de empregos e, conseqüentemente, de pessoas na comunidade, gerou um crescente desenvolvimento no comércio e na renda geral do Sítio Pau Branco. Tais fatos levaram às condições propícias para a implantação do agronegócio na comunidade, já que as grandes empresas contavam com o auxílio de mão de obra da população e também de pessoas que vinham de fora, a presença de um solo fértil, que facilitava em suas produções, como também o próprio clima favorável.

O agronegócio tem sido há décadas uma das principais fontes de sustentação econômica e social do Brasil. As condições de clima, solo e extensão territorial; o grande número de produtores com potencial produtivo e os esforços conjuntos de instituições públicas e privadas direcionados ao desenvolvimento científico e tecnológico do setor diferenciam o Brasil de seus concorrentes e o torna um dos maiores produtores e exportadores agrícolas do mundo (CRUZ, 2016, p. 05).

Os três impactos supracitados (ambiental, social e econômico) contribuíram significativamente para a construção socioespacial atual do Sítio Pau Branco. A partir da aplicação de formulários aos moradores da comunidade, foi possível analisar os efeitos desses impactos na perspectiva daqueles que convivem a pouco, médio e longo período na localidade, sendo representado na sequência na forma de gráficos.

Gráfico 1: Impactos negativos gerados pelo uso excessivo de agrotóxico no Sítio Pau Branco



Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Pode-se observar, a partir do Gráfico 1, que o principal impacto negativo causado através do uso excessivo de agrotóxico pelo agronegócio na comunidade, na visão dos entrevistados, é o ambiental, correspondendo a 79% respostas. Ou seja, 33 pessoas afirmaram que, dos impactos que mais afetam na comunidade, o ambiental é o que exerce maior influência. Dos 21% restantes, 12% declararam ser o social (o equivalente a 5 pessoas) e 9% o econômico (equivalente a 4 pessoas). Essa pergunta consistia uma resposta de múltipla escolha, ou seja, o pesquisado poderia escolher mais de um impacto negativo.

Neste panorama, ficou nítido que, para os residentes da comunidade, as atividades do agronegócio têm maiores influências em aspectos ambientais, citados como exemplos pelos próprios pesquisados a troca de paisagem natural pela paisagem modificada e o desmatamento de árvores para construções e plantios de melões, além de afetarem outros setores como o social (aumento populacional, violência, diversidade cultural etc.) e o econômico (desenvolvimento, aumento de empregos etc.).

No que diz respeito às questões ambientais, Carson (2010, p. 23-24) afirma que “há muitas [substâncias químicas] que são usadas na guerra da humanidade contra a natureza. [...]Será que alguém acredita que é possível lançar tal bombardeio de venenos na superfície da Terra sem torná-la imprópria para toda a

vida?” De fato, torna-se difícil conviver com qualidade de vida tendo em vista o uso exacerbado de substâncias químicas na nossa agricultura.

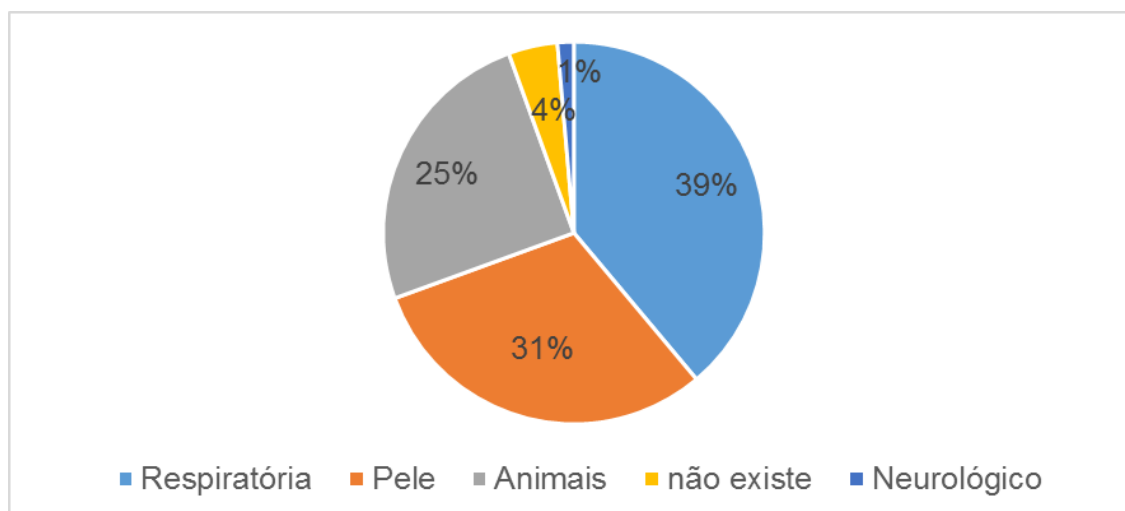
É bem tendencioso que, após o modelo do agronegócio ser implantado em uma localidade, modifica-se a sua estrutura. Entretanto, a visibilidade maior no quesito ambiental se dá por essas empresas constantemente praticarem o desmatamento, queimadas, uso de agrotóxico, entre outros fatores que prejudicam o meio ambiente.

Nesse repetitivo processo prejudicial ao meio ambiente, advindo sobretudo das ações realizadas pelas grandes empresas, algumas doenças começaram a tornarem-se perceptíveis ao olhar da própria população. Essas doenças, intensificadas pelo enorme uso de substâncias químicas no solo, foram postas em destaque no diálogo entre entrevistadora e pesquisados.

Diante do gráfico 2, ficou explícito, nas respostas dos sujeitos, que o uso elevado de agrotóxico pode ocasionar doenças respiratórias, correspondendo a 39% (o equivalente a 28 afirmações), enquanto 31% identificaram com suas respostas que afetavam a pele (equivalente a 22), 25% os animais (18 respostas) 4% afirmaram não existir doenças decorrentes do agronegócio (o equivalente a 3) e 1% acrescentou, no item “outros”, as doenças neurológicas (1 pessoa). A respeito dos danos provocados nos seres vivos, Carneiro (2015, p. 109) afirma que

Em decorrência desse modelo químico-dependente de agrotóxicos, a cadeia produtiva do agronegócio se configura como um processo de insustentabilidade ambiental, pois no seu espaço se cria um território com muitas e novas situações de vulnerabilidades ocupacionais, sanitárias, ambientais e sociais. Tais vulnerabilidades induzem eventos nocivos que se externalizam em trabalho degradante e escravo, acidentes de trabalho, intoxicações humanas, cânceres, más-formações, mutilações, sequelas e ainda contaminação com agrotóxicos e fertilizantes químicos das águas, do ar, da chuva e do solo em todos os espaços ou setores da cadeia produtiva do agronegócio [...].

Além da afirmação de Carneiro (2015) quanto às implicações negativas decorrentes do uso excessivo de agrotóxico, os próprios moradores entrevistados compactuaram com a ideia. Em suas respostas, demonstraram a vivência com abelhas mortas próximas aos canos de irrigação, intoxicação na pele de colegas de trabalho, alguns casos na família de doenças cancerígenas, entre outros danos ligados direta e indiretamente à saúde dos seres vivos.

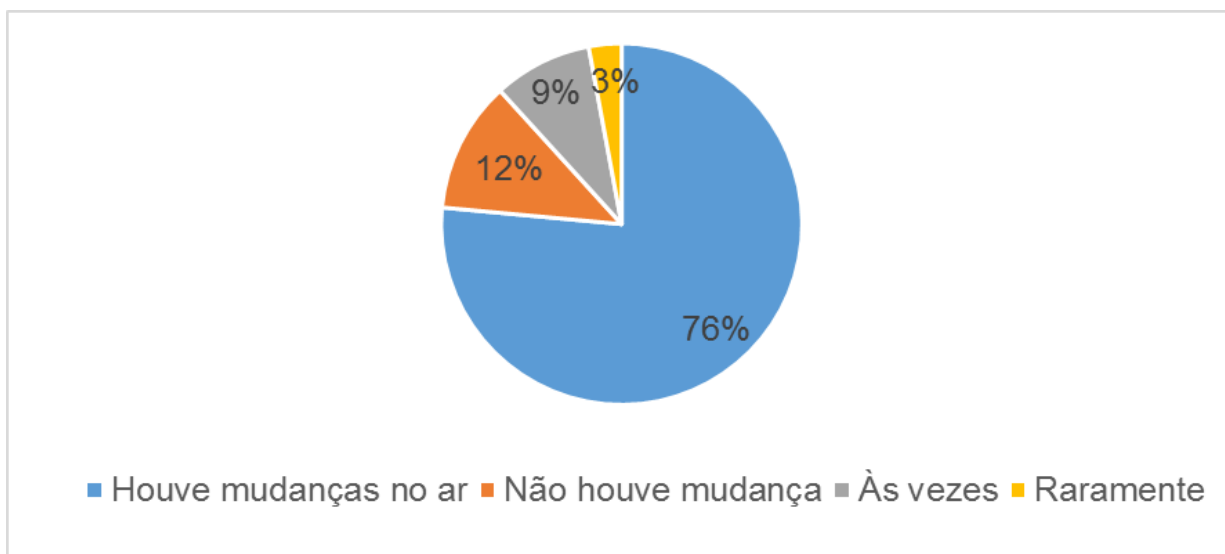
Gráfico 2: Doenças provocadas em humanos e animais oriundas do agronegócio

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Sabido que 28 dos 35 pesquisados declararam a presença de doenças respiratórias após a implantação do agronegócio no Sítio Pau Branco, o gráfico 3, por conseguinte, apresenta o panorama em que a comunidade identifica os níveis de alterações desse ar. Dentro de sua experiência pessoal, o pesquisado poderia optar por uma entre as seguintes alternativas: “houve mudanças significativas no ar”, “não houve mudanças no ar”, somente “às vezes” ou “raramente”. De encontro com as respostas, 76% das pessoas afirmaram que houve mudanças significativas no ar (o equivalente a 26 pessoas), 12% negaram a existência de problemas com o fluxo de ar contaminado (4 pessoas), 9% acreditavam que isso só ocorra algumas vezes (3 pessoas) e 3% raramente (1 pessoa).

Ao analisar as afirmações dos pesquisados, foi notável que eles perceberam que há essa mudança no ar, mesmo que não seja algo palpável ou visível através do olhar. Conforme afirma um estudo realizado pelo SENAR (2015, p. 105), nos próximos 20 a 30 anos, “[...] as mudanças climáticas afetarão a saúde, a habitação, a alimentação e a segurança da população no planeta, e praticamente dobrou a quantidade de provas científicas do impacto do aquecimento global desde o último relatório, divulgado em 2007”. Provavelmente, com a chegada das fazendas de agronegócio na comunidade, os moradores conseguiram observar essas mudanças através da respiração e do cheiro forte dos produtos utilizados em pulverizações, afetando diretamente a saúde da população local.

Gráfico 3: Mudanças observadas na atmosfera (respiração) da comunidade após a implantação da atividade do agronegócio



Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Os impactos ambientais observados pelos moradores, entretanto, não direcionaram-se apenas às questões climáticas/respiratórias. A partir do gráfico 4, foi possível perceber o prejuízo que o agronegócio trouxe, também, para a qualidade da água local, afetando diretamente o meio ambiente e a vida dos residentes do sítio.

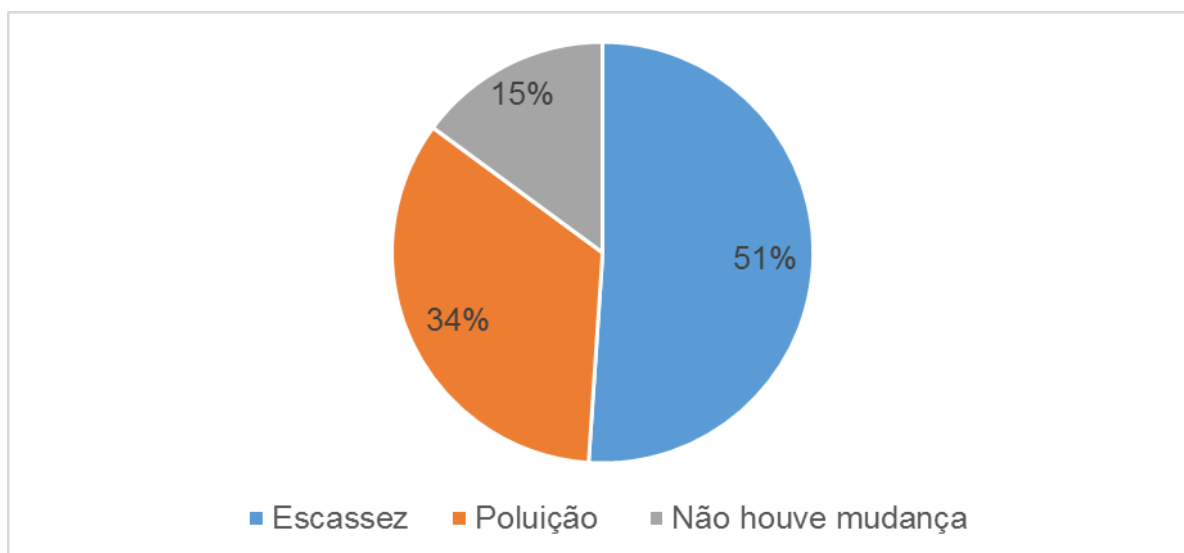
No tocante aos impactos negativos provocados pelo uso de agrotóxico, colocou-se como questionamento, no gráfico 4, as mudanças no lençol freático da comunidade Sítio Pau Branco. A partir da tabulação de dados, foi possível constatar que 51% das respostas (o equivalente a 24 pessoas) afirmam a escassez na água uma das principais mudanças causadas a partir do agronegócio, 34% das respostas, ou seja, 16 pessoas declaram existir também poluição, ficando apenas 15% para as respostas que compreendem não existir mudanças no lençol freático da comunidade (o equivalente a 7 pessoas). Percebe-se, portanto, à luz das respostas coletadas, que o uso excessivo de agrotóxicos causa a poluição da água. Em uma perspectiva crítica/reflexiva:

É preciso sempre pensar: que mundo deixarei para os meus filhos, sobrinhos e netos, e para as gerações futuras? De acordo com o relatório, 'na medida em que avançamos [as previsões] no futuro, os riscos só aumentam, e isso acontecerá com as pessoas, com as colheitas e com a disponibilidade de água'. Então, como resolver isso? Como produzir mais e de maneira sustentável considerando que os recursos naturais como água e terra são escassos, que

também estão ocorrendo mudanças climáticas e as legislações são cada vez mais restritivas ao dano ambiental? É necessário proporcionar mais produtividade ao agronegócio e conseguir produzir muito mais alimentos sem destruir o que restou do seu patrimônio natural (SENAR, 2015, p. 107).

A escassez da água existente na comunidade, advinda do uso demasiado para a irrigação das frutas produzidas na região, afeta diretamente a população e os pequenos produtores, que além de não possuírem condições de implantarem poços profundos, precisam conviver diariamente com uma água prejudicada e ineficiente. Quanto àqueles que afirmaram não existir mudanças no lençol freático, estes, por não viverem unicamente da agricultura, não perceberam a diferença na água.

Gráfico 4: Mudanças no lençol freático da comunidade Sítio Pau Branco



Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Referindo-se também, por ora, ao aumento do desmatamento ocasionado pela implantação do agronegócio na comunidade, os danos na paisagem natural e, consequentemente, no meio ambiente, foram bastante perceptíveis na visão dos moradores. Como existiam algumas possibilidades de respostas, os entrevistados poderiam optar por mais de uma alternativa, já que o formulário compreendia a dimensão dos efeitos do agronegócio na paisagem natural.

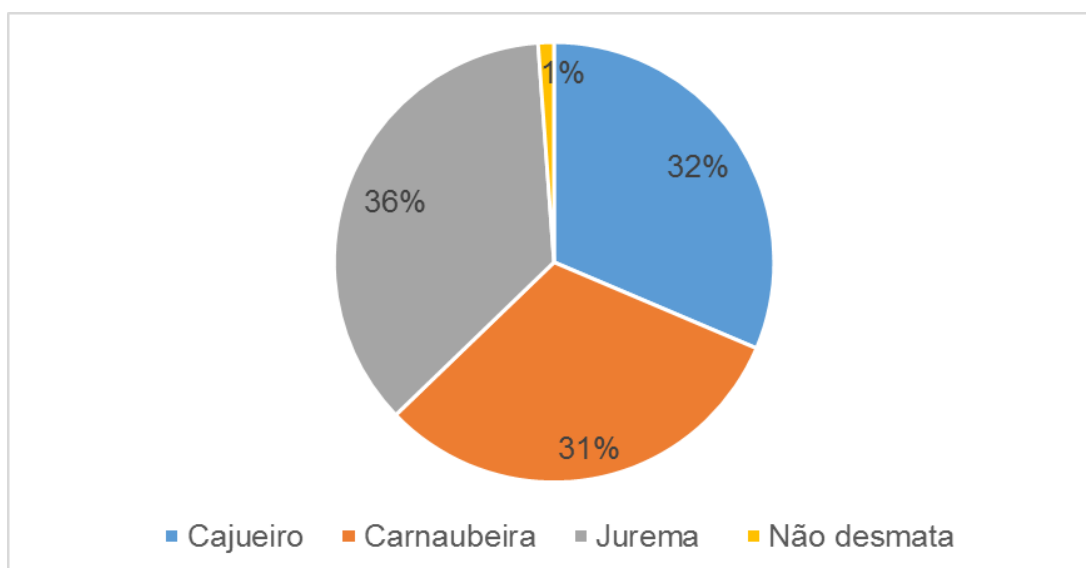
Instigados a pensar nas plantas nativas desmatadas pelo agronegócio na comunidade, a partir do gráfico 5, e em ordem decrescente, 36% das respostas (31 pessoas) compreendiam a jurema (*Mimosa tenuiflora*) como a planta mais

desmatada, 32% (27 pessoas) afirmaram tratar-se do cajueiro (*Anacardium occidentale*) e 31% (26 pessoas) destacaram a carnaubeira (*Copernicia prunifera*). Apenas 1% das respostas, ou seja, 1 pessoa, afirmou que não houve desmatamento na comunidade.

Sabe-se, nesses termos, que quando se desmatam plantas nativas de uma comunidade, um pouco de sua história também torna-se esquecida, além de prejudicar significativamente o próprio meio ambiente. Dessa forma, Araújo e Ponte (2015, p. 112) afirmam que “[...] com o crescimento das forças econômicas vetores do desmatamento, será muito difícil que se consiga conservação apenas por ‘comando e controle’ nas regiões onde a pecuária e a agroindústria são altamente lucrativas”.

Quanto ao único entrevistado que afirmou não ter presenciado nenhum desmatamento da comunidade, observou-se, a partir dos dados pessoais fornecidos pela pesquisa, que o mesmo reside na comunidade por um período curto, não acompanhando, portanto, o processo de configuração espacial da comunidade.

Gráfico 5: Plantas nativas que foram desmatadas pelo agronegócio na comunidade



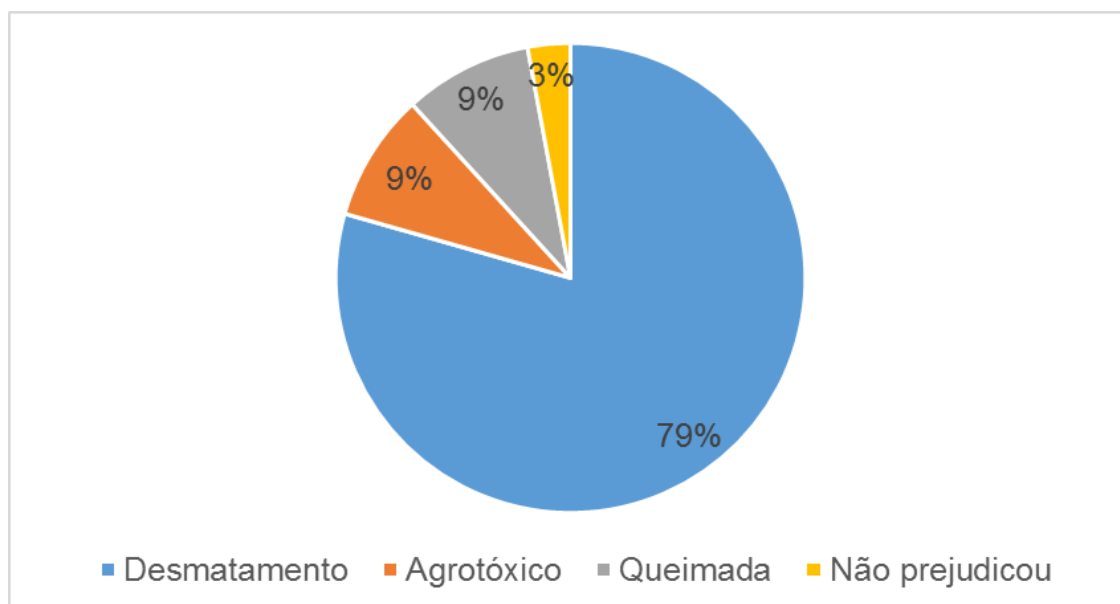
Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Além das modificações na paisagem, elencou-se, a partir do gráfico 6, qual a principal ação, segundo os moradores entrevistados, que prejudicou esse importante contato do homem com a natureza na comunidade. Conforme os dados coletados, 79% dos sujeitos afirmaram ser o desmatamento (27 pessoas), 9% o agrotóxico (3

peessoas), 9% a queimada (3 pessoas) e 3% relatou que não prejudicou o contato do homem com a natureza (1 pessoa).

Analisa-se que são vários os prejuízos que essa atividade traz para a população. A partir de uma observação tão simples e natural como o contato com a natureza, é perceptível identificar aspectos tão prejudiciais como desmatamentos, agrotóxicos e queimadas, afetando sobretudo as questões respiratórias e o solo da comunidade.

Gráfico 6: Ações do agronegócio que prejudicaram o contato do homem com a natureza na comunidade



Fonte: Pesquisa de campo (2019)

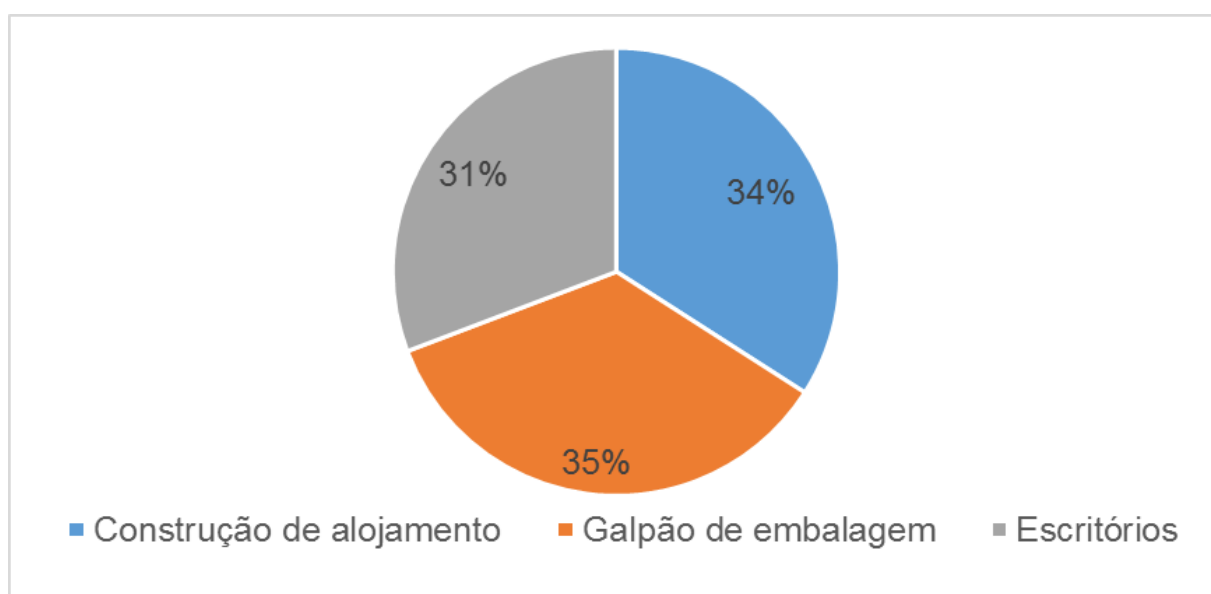
As ações do homem a partir da implantação do agronegócio transformou significativamente a paisagem natural por uma modificada. Conforme Santos (2006, p. 66) “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Nesse sentido, nas paisagens existem marcas humanas, demonstrando uma relação indissociável entre ambas.

O gráfico 7 coloca em evidência a percepção, por parte dos moradores, se houve ou não a substituição de uma paisagem natural por uma paisagem modificada pelo homem. Defronte a esse questionamento, 35% das respostas (o equivalente a 32 pessoas) afirmam que houve a troca de uma paisagem natural por galpões de

embalagem, 34% (31 pessoas) destacam a construção de alojamentos e 31% (28 pessoas) relatam os escritórios fundados. Os entrevistados não afirmaram que não houve mudanças.

É comum, portanto, na referida comunidade, mudanças nas paisagens. A partir do contato direto entre os moradores e as paisagens modificadas presentes na comunidade, como as empresas que lá residem, faz-se possível compreender tal afirmação. Os sujeitos, principalmente aqueles que moram há um longo período de tempo na comunidade, conseguem acompanhar as modificações realizadas a partir das construções materiais e imateriais provocadas, implicitamente, pelo agronegócio.

Gráfico 7: Troca de paisagem natural por paisagem imaterial (modificada)



Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Redirecionando-se para uma perspectiva social/econômica, quando indagados a respeito das benfeitorias que o modelo do agronegócio trouxe para a comunidade, os entrevistados compreenderam que houve benefícios em ofertas de empregos e gerou-se um significativo desenvolvimento econômico na comunidade.

Inserido neste contexto, o agronegócio é o maior negócio do Brasil e a atividade que melhor promove a integração do território nacional. Responde por cerca de 26% do PIB, quase 40 % dos empregos. É o maior gerador de divisas da Balança Comercial, espalhando os seus

efeitos positivos para a indústria e para o comércio, aumentando assim a oferta de produtos e empregos. O País tem condições de se tornar o líder da produção e exportação de alimentos e biocombustíveis no mundo (CRUVINEL, 2009, p. 10).

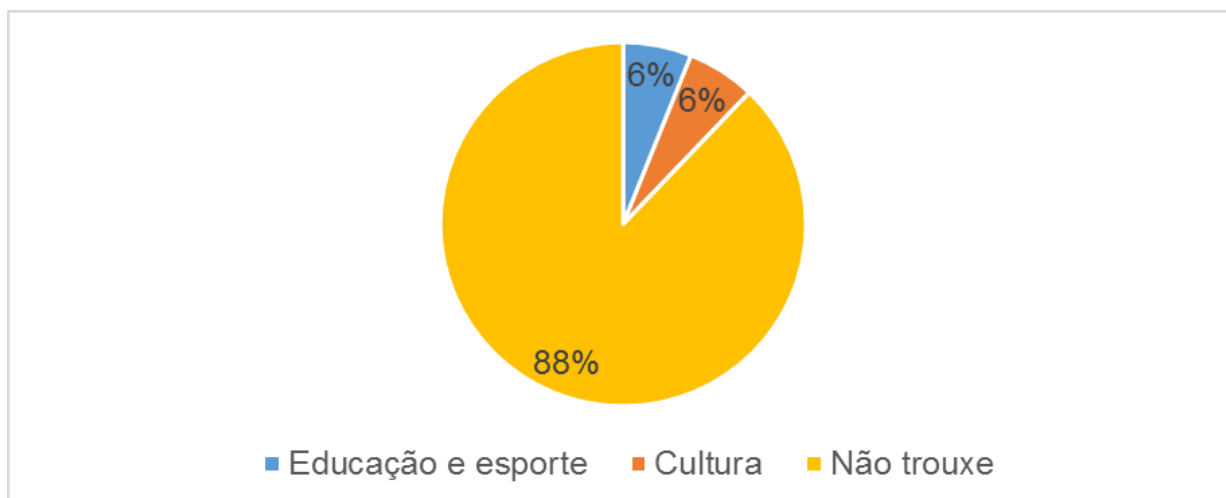
Entretanto, as benfeitorias na comunidade mostram-se conflituosas, por um lado, os residentes entrevistados acreditavam que o agronegócio contribuiu para o avanço da economia local, por outro, observaram o oferecimento de subempregos, pautados principalmente na realidade dos próprios moradores da comunidade.

As atividades de cunho social desenvolvidas pelo agronegócio na comunidade, postas em questionamento no gráfico 8, apresentam como panorama geral das respostas a estimativa de que 88% (o equivalente a 29 pessoas) afirmaram não reconhecer nenhuma ação social organizada ou financiada pelo agronegócio. Das respostas restantes, 6% (2 pessoas) afirmaram que trouxe benefícios para a cultura e os outros 6% (2 pessoas) para a educação e esporte.

Trata-se, portanto, de uma 'verdadeira luta de classes na teoria', para exaltar os feitos de uma classe social que domina a política do país desde o período colonial, e que em praticamente nada, contribuiu para melhorar as condições de vida dos camponeses e trabalhadores assalariados do país. E, como se pode observar, esta classe latifundiária leva consigo, em sua ideologia, uma parte dos cientistas das universidades públicas e das instituições de pesquisas igualmente públicas (OLIVEIRA, 2016, p. 108).

É perceptível, portanto, que essas empresas não investem o que deveriam quanto às ações sociais, tais como educação, esporte, lazer e cultura. A minoria a qual afirmou o investimento na educação, esporte e cultura, quando questionados em que período isso se sucedeu, não souberam responder com precisão o ano, entretanto, declararam que há alguns anos, uma empresa de agronegócio da comunidade forneceu o auxílio de um instrutor para dar aulas de futebol às crianças em um campo alugado. Em relação à educação e cultura, a mesma empresa e no mesmo período, contratou uma atendente com o intuito de auxiliar junto à comunidade uma biblioteca comunitária.

Gráfico 8: Ações sociais que o agronegócio trouxe para a comunidade Pau Branco



Fonte: Pesquisa de campo (2019)

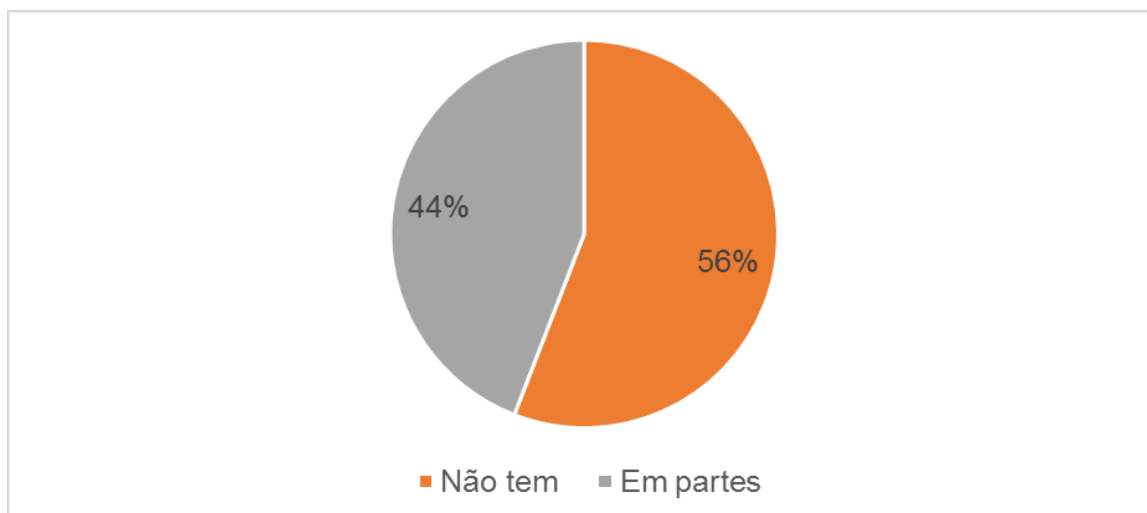
As pessoas nativas e não nativas que passaram a residir na comunidade, portanto, não contam com o auxílio das empresas no tocante aos aspectos culturais, educacionais e de saúde, ao passo que dependem apenas do apoio e iniciativa política para adquirirem suas necessidades humanas básicas. Entretanto, com pouca notoriedade e descaso por parte do governo, a comunidade, no atual momento, sofre com uma infraestrutura/atendimento inadequados e insuficientes para contemplar o excesso de pessoas presentes no Sítio Pau Branco.

A pergunta exposta no gráfico 9 levou os moradores a responderem se a comunidade do Sítio Pau Branco Mossoró/RN realmente encontrava-se preparada para receber funcionários de outras comunidades/cidades, tendo em vista que a quantidade de moradores locais não atinge a demanda necessária. De posse com esse questionamento, 56% dos pesquisados (o equivalente a 19 pessoas) responderam que não há estrutura suficiente para comportar esses profissionais e 44% (15 pessoas) afirmaram que apenas em partes, ou seja, em alguns setores, o município contava com estrutura suficiente.

Os moradores não compactuam com a ideia de que a comunidade, de fato, esteja preparada para essa demanda de pessoas. Uma vez que aumentou a população local com a implantação das empresas de agronegócio, a estrutura da comunidade, no que refere-se à saúde, educação, segurança e moradia não contemplavam as necessidades básicas da sociedade. Os investimentos públicos

escassos, portanto, eram insuficientes para o suprimento físico, psicológico e social dos moradores nativos e não nativos.

Gráfico 9: Estrutura da comunidade no que refere-se à educação, saúde, segurança e habitação



Fonte: Pesquisa de campo (2019)

No tocante ao modo de trabalhar com a terra, as empresas que possuem o modelo do agronegócio, na perspectiva dos entrevistados, trouxeram modificações precisas na comunidade. Como demonstrado no gráfico 10 a seguir, 41% das respostas (o equivalente a 34 pessoas) atribui a essa atividade econômica mudanças quanto ao uso de máquinas. Já 38% (o equivalente a 31 pessoas) apresentam o uso do agrotóxico como uma das modificações mais visíveis na comunidade, sendo apenas 21% (17 pessoas) que consideram as sementes transgênicas como um marco após a chegada do agronegócio. Nenhum dos entrevistados responderam que não houve mudanças.

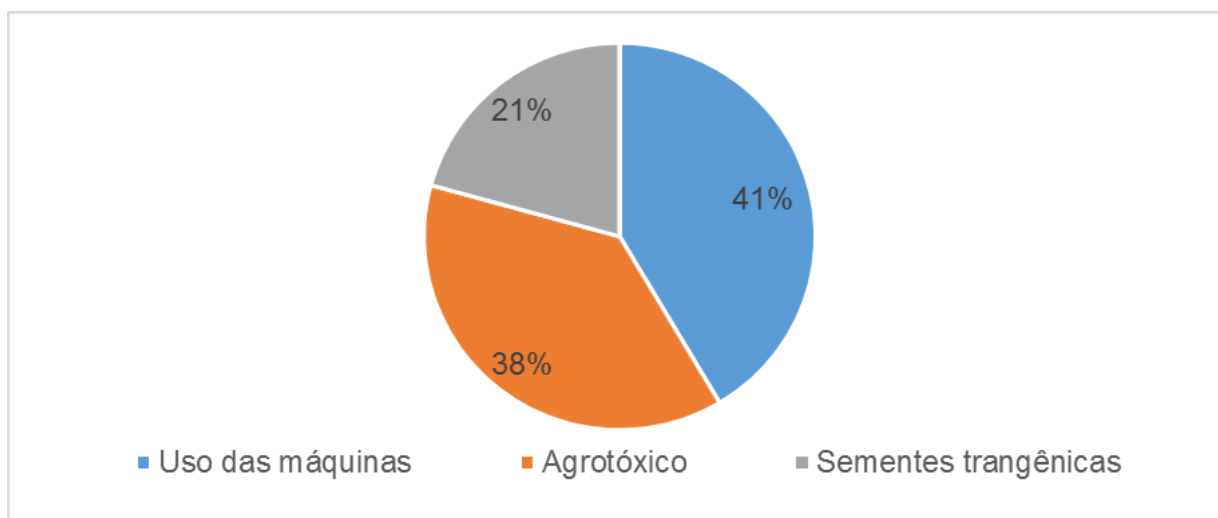
É possível identificar que, com a chegada do agronegócio, os pequenos produtores almejam implantar em suas produções o mesmo modelo praticado por essa atividade econômica, já que consideram como sendo um modelo de sucesso. Conforme afirma Orzekovski (2013, p. 86) “Essa questão é observada quando os camponeses utilizam o pacote tecnológico⁶ da grande propriedade, pois, a partir do

⁶ Preparo intensivo do solo, na utilização de adubos minerais de alta solubilidade, agrotóxicos para o controle de pragas, doenças e erva em cultivares de alta resposta a fertilizantes e agrotóxicos químicos

momento em que são produzidas pequenas monoculturas, o modo do trabalho familiar é alterado”, ao qual acrescenta, em seguida, que “Esses trabalhadores enfrentam, resistem e reproduzem o modelo do agronegócio” (ORZEKOVSKI, 2013, p. 86).

Na atualidade, essas mudanças não se dão apenas sob influência do agronegócio, mas também devido às tecnologias, modernização e globalização. Segundo Santos (2006, p. 134) “Agora, tudo se mundializa: a produção, o produto, o dinheiro, o crédito, a dívida, o consumo, a política e a cultura. Esse conjunto de mundializações, cada qual sustentado, arrastando, ajudando a impor a outra, merece o nome de globalização”. Os produtores, por sua vez, implantam em seus respectivos plantios os direcionamentos e alternativas ditados pelo próprio sistema agroindustrial.

Gráfico 10: Mudanças na forma de trabalhar com a terra após a chegada do agronegócio no Sítio Pau Branco

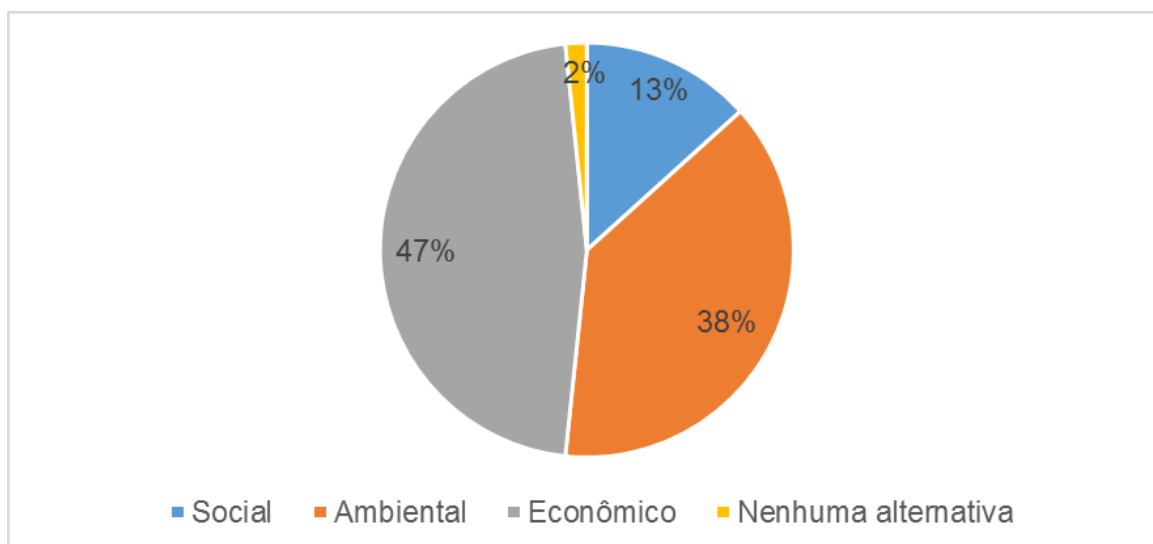


Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Sabido que a população, de um modo geral, percebia a existência dos três impactos citados no decorrer da pesquisa, os últimos dois gráficos, à guisa de conclusão, compreendem, respectivamente, o impacto que mais influenciou na comunidade (se ambiental, social ou econômico) e o caráter desses impactos (se mais positivos ou negativos), baseado no olhar individual dos pesquisados.

Dentre os aspectos que o modelo implantado pelo agronegócio mais influenciou na comunidade (social, ambiental e econômico), a pesquisa subsidiou para os moradores, a partir do gráfico 11, o questionamento de qual(s) setor(s) mais interferiu(m) na localidade. Podendo responder mais de uma alternativa, 47% das respostas incluíam o econômico (o equivalente a 28 pessoas), 38 % o ambiental (o equivalente a 23 pessoas), 13% das respostas declararam o social (8 pessoas) e apenas 2% não marcaram nenhuma das alternativas (1 pessoa).

Gráfico 11: Aspectos (social, ambiental e econômico) que o agronegócio mais influenciou na comunidade, sejam positivos ou negativos



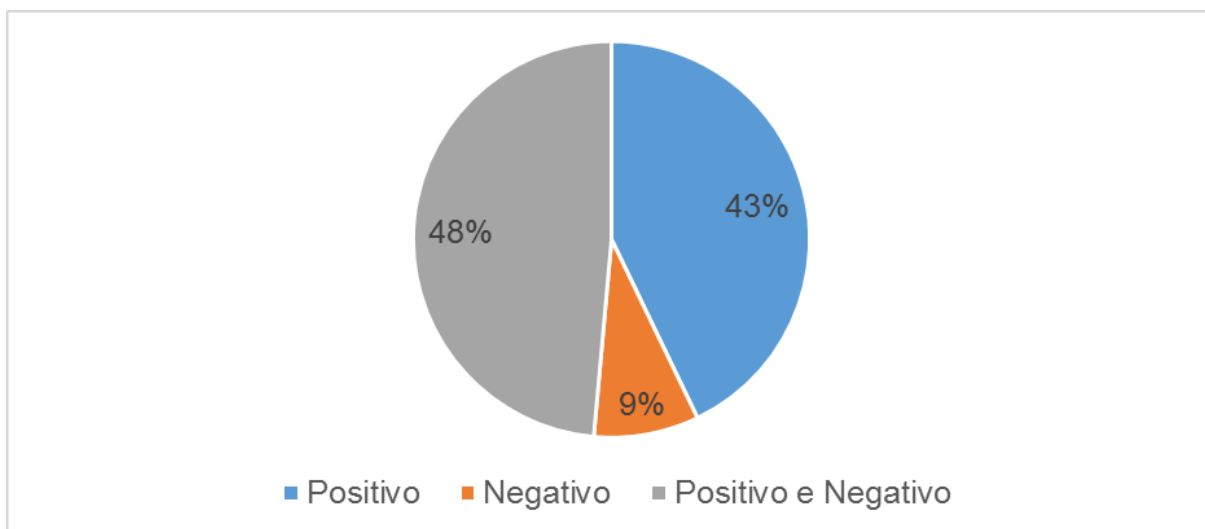
Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Quando questionados quanto aos impactos que essas grandes empresas ocasionavam na comunidade, se positivos, negativos ou se não houve impactos, o gráfico 12 apresenta: 48% dos pesquisados responderam que compreendem como parcialmente positivo e parcialmente negativo (o equivalente a 17 pessoas), 43% apenas como positivo (15 pessoas) e 9% responderam que os maiores impactos foram negativos (3 pessoas), sendo a opção “não houve impactos” não respondida por nenhum dos pesquisados. Essa pergunta exigia dos moradores apenas uma resposta, já que duas ou mais alternativas se tornariam contraditórias.

A pesquisa revelou, a partir da análise dos dados, propensa à afirmação de que os impactos positivos superam os impactos negativos. Nas entrelinhas, entende-se o olhar ativo dos moradores quanto ao quesito econômico, já que nas respostas anteriores os entrevistados declararam que o fator econômico obteve o

maior destaque na comunidade. Não houve, portanto, um olhar amplo, que abrange os outros setores, como os sociais e ambientais, que afetaram diretamente ou indiretamente a comunidade.

Gráfico 12: Tipos de impactos (positivos ou negativos) que o agronegócio trouxe ao Sítio Pau Branco



Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Portanto, no decorrer de toda a pesquisa empírica, ficou nítido que os pesquisados perceberam os impactos causados pelas grandes empresas agrícolas na comunidade em uma perspectiva passado/presente. Entretanto, além desse olhar, é imprescindível que a população compreenda também seus feitos à longo prazo, já que estes podem causar danos futuros ao solo, água, atmosfera, fauna e flora, em uma intensidade ainda maior do que os já visualizados na contemporaneidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da leitura de teóricos que abordam os impactos decorrentes do agronegócio na localidade em que este se instala, bem como a partir de análise de dados subsidiados em uma entrevista e aplicação de questionário com 37 moradores da comunidade Sítio Pau Branco Mossoró/RN, a presente pesquisa reuniu um introdutório material teórico/metodológico/analítico quanto à temática discutida ao longo de todo o processo textual.

Nessa perspectiva, muito mais do que identificar quais aspectos (positivos ou negativos) influenciaram na comunidade após sua nova configuração socioespacial advinda do modelo tecnológico e moderno do agronegócio, buscou-se compreender se os moradores de fato percebiam a existência desses benefícios e malefícios e suas implicaturas no contexto local a curto, médio e longo prazo.

Segundo Callai (2013, p. 135) “o desafio que se coloca inicialmente é reconhecer que o mundo, a terra, o lugar em que vivemos estão em nós e nós estamos dentro deles.” É necessário que os sujeitos percebam que existe uma ligação entre ele e o espaço no qual habita, e vice-versa. Ao encontro a esse entendimento de completude entre o homem e o lugar ao qual habita, as possibilidades de visualizar as modificações socioespaciais tornam-se ainda mais possíveis.

Partindo desse princípio, no decorrer da pesquisa, elencaram-se três dos principais impactos decorrentes das atividades do agronegócio que contribuíram para o novo contexto da comunidade, sendo esses impactos de caráter ambiental, social e econômico. A partir das duas entrevistas realizadas, uma com dois antigos proprietários de terras, e outra a partir de questionário aplicado com 35 moradores sequenciais da rua principal da comunidade, objetivou-se compreender, na perspectiva dos pesquisados, a nova configuração socioespacial do Sítio Pau Branco, enaltecendo os três impactos supracitados.

De posse da tabulação e análise dos dados, percebeu-se que a população reconhece que existe sim os aspectos positivos e negativos oriundos da implantação do agronegócio na comunidade, uma vez que os mesmos visualizaram impactos positivos como os econômicos, tais como a geração de novos empregos e o desenvolvimento econômico no lugar, ao passo que também percebem os impactos negativos de caráter ambiental, destacando-se, nesse íterim, doenças provocadas

pelo uso excessivo de agrotóxico, escassez de água, desmatamentos e queimadas, e também de caráter social, como violência e infraestrutura inadequada para comportar o excesso de pessoas de cidades circunvizinhas advindas do processo realizado pelo agronegócio.

Somado a isto, houve uma perda da história nativa da comunidade, desfazendo-se memórias e lembranças necessárias ao convívio humano. Sabe-se, todavia, que essas perdas são comuns ao processo de modernização o qual maioria das comunidades passam. Entretanto, o agronegócio acelera em altas proporções e escalas essas modificações socioespaciais, prejudicando as relações humanas necessárias.

Ficou nítido que os pesquisados, embora reconheçam a existência de impactos na comunidade, não possuem uma leitura mais profunda quanto às possibilidades de problemas futuros, já que demonstraram apenas um olhar comparativo entre o passado e presente, esquecendo-se, portanto, de consequências a médio e longo prazo. Entende-se que essa falta de preocupação com o futuro pode ser ocasionada por falta de informações mais concretas, mesmo porque não é do interesse nem do Estado e muito menos dos donos de agronegócio que os sujeitos que pertencem a esse sistema tenham acesso a essas informações.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. de S.; MATOS FILHO, J.; PONTES, B. M. L. M. **Agricultura do rio grande do norte diante dos sistemas agroalimentares**: construindo uma tipologia de mercado. Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais, 2016.
- ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2007.
- ARAÚJO, R. da C. de; PONTE, M. X. Agronegócios na Amazônia: ameaças e oportunidades para o desenvolvimento sustentável da região. **Revista de Ciências Agroambientais**. Alta Floresta, MT, UNEMAT, v.13, n. 2, p.101-114, 2015.
- BEZERRA, J. E. Desenho territorial dos trabalhadores da fruticultura no município de Mossoró (RN). **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 6, n.1, p. 99-108, 2012.
- BOMBARDI, L. M. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.
- CALLAI, H. C. **O município**: uma abordagem geográfica nos primeiros anos da formação básica. In: CAVALCANTI, Lana de Souza (org.). **Temas de Geografia na escola básica**. São Paulo: Papirus, 2013. p. 135-158
- CARNEIRO, F. F. (Org.). **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- CARSON, R. **Primavera silenciosa**. São PauloSão Paulo: Gaia Editora, 2010.
- CRUVINEL, P. E. **Agronegócio e oportunidades para o desenvolvimento sustentável do Brasil**. São Carlos: Embrapa Instrumentação Agropecuária, 2009.
- CRUZ, J. E. (Org.). **Estudos em agronegócio**. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.
- CUNHA, J. I. C. da. **O uso das TICs e suas repercussões no processo de ensino aprendizagem na Educação Básica**: relato de experiência de uma escola rural de Mossoró/RN. Brasília: UnB, 2017.
- FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista da ABRA**. São Paulo, n. 1, p. 1-12, 1999.
- FREITAS, H. Análise de dados qualitativos: aplicações e as tendências mundiais em Sistemas de Informação. São Paulo: **Revista de Administração da USP, RAUSP**, v. 35, n. 4, out-dez, p.84-102, 2000.
- GEHLEN, I. Pesquisa, tecnologia e competitividade na agropecuária brasileira. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 6, p. 70-93, 2001.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MALAGODI, E.; BASTOS, V. de S. **Sindicato de trabalhadores rurais e agricultura familiar**. São Paulo: UNICAMP, 2003.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MOREIRA, J. N. et al. Caracterização química e física dos solos do assentamento de reforma agrária MAISA em Mossoró, RN. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**. Paraíba, v. 7, n. 2, p. 49-55, 2007.
- MOURA, B. de C. D.; SANTOS, D. A. dos; BARROS, M. J. B. **Os impactos sócio-territoriais do agronegócio em barreiras**. Bahia: ICADS/UFBA, 2010.
- OLIVEIRA, A. U. de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.
- ORZEKOVSKI, N. Relações de trabalho nos territórios da reforma agrária. **Revista Pegada**. São Paulo, v. 14, n. 1, p. 81-111, 2013.
- POSSAS, T. L.; MANIGLIA, E. Função social da propriedade: a constituição econômica o desenvolvimento sustentável. **Revista Fac. Dir. UFG**. Minas Gerais, v. 38, n. 2, p. 41 - 56, jul. /dez, 2014.
- SÁNCHEZ, L. H. **Avaliação de impactos ambientais: conceitos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.
- SANTOS, M. (Org.); GLASS, V. (Org.). **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2018.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.
- SENAR, S. N. de A. R. **Curso técnico em agronegócio: introdução ao agronegócio**. Brasília: SENAR, 2015.
- SENAR, S. N. de A. R. **Curso técnico em agronegócio: políticas públicas para o agronegócio**. Brasília: SENAR, 2015.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.
- SILVA, J. G. da. **O que é questão agrária**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

STÉDILE, J. P.; ESTEVAM, D. **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**. Salvador, 2002. Disponível em: <http://www.fit.br/home/link/> Acesso em: 10 fev. 2019.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

QUESTIONÁRIO À ANTIGOS PROPRIETÁRIOS DE TERRA DO SÍTIO PAU BRANCO MOSSORÓ/RN

PERFIL DO ENTREVISTADO
1. Localidade: Sítio Pau Branco
2. Estado civil: _____
3. Idade: _____ 4. Sexo: Masculino (☐) Feminino (☐)
5. Há quantos anos reside na comunidade: _____
6. Local onde Nasceu: _____
7. Trabalha: Sim (☐) Não (☐) 8. Se Trabalha, em quê: _____
8. Qual o Grau de Escolaridade: EJA (☐) Ensino Fundamental Incompleto (☐) Ensino Fundamental Completo (☐) Ensino Médio Incompleto (☐) Ensino Médio Completo (☐) Ensino Superior (☐) Especialização (☐) Mestrado (☐) Doutorado (☐)
CONCEPÇÃO DO ENTREVISTADO
1. Quantas Hectares possuía sua propriedade? _____
2. Como o senhor(a) adquiriu esta propriedade? (☐) Herança; (☐) Comprou de terceiro; (☐) Doação; (☐) Usucapião (☐) Outro. Qual? _____
3. Por quantos anos possuiu esta propriedade? Ainda possui? _____ _____
4. O senhor(a): (☐) Viveu unicamente da propriedade, como fonte de renda (☐) Viveu da propriedade e tem outra atividade (☐) Viveu na propriedade e não tem outra atividade (☐) Viveu na propriedade como moradia e tem outra atividade (☐) Outros: _____
5. Como vivem os demais membros da família hoje? _____ _____
6. Qual era sua situação antes de possuir esta propriedade? _____ _____

7. Por que resolveu adquirir esta propriedade?
8. Por que resolveu vender as terras para a atividade de agricultura irrigada?
9. Quais eram os tipos de produtos produzidos nas terras que foram suas?
10. Quem participava com o senhor(a) na produção?
11. Fazia uso de algum recurso tecnológico na produção? Se sim, qual(is)? Se não, por que?
12. Recebeu visitas técnicas de auxílio à produção? Se sim, com que frequências?
13. Quais eram os principais obstáculos enfrentados pelo senhor(a) quanto ao acesso ao crédito agrícola?
14. O senhor(a) é associado a alguma cooperativa?
15. Para quem o senhor vende a produção?
16. De quem comprava os adubos, as sementes, mudas para sua produção?

17. De onde vinha a água para a irrigação?
18. Qual ano o agronegócio se instalou na sua propriedade?
19. Como se deu o contato inicial para você fazer a aquisição de terra para o agronegócio?
20. Os donos do agronegócio pagaram o valor justo pelas suas terras pelo preço do mercado da época?
21. Você refletiu antes de vender suas terras? Quais os danos que o agronegócio traria para você e para a comunidade em geral?
22. Você hoje considera que foi um bom negócio vender suas terras?
23. Com o dinheiro da venda das suas terras você investiu em algo que lhe deu uma nova renda?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO À POPULAÇÃO LOCAL DO SÍTIO PAU BRANCO MOSSORÓ/RN

PERFIL DO ENTREVISTADO	
1. Localidade: Sítio Pau Branco	
2. Estado civil:	
3. Idade: _____	4. Sexo: Masculino () Feminino ()
5. Há quantos anos reside na comunidade: _____	
6. Local onde Nasceu: _____	
7. Trabalha: Sim () Não () 8. Se Trabalha, em quê: _____ _____	
8. Qual o Grau de Escolaridade:	
EJA () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo () Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo () Ensino Superior () Especialização () Mestrado () Doutorado ()	
CONCEPÇÃO DO ENTREVISTADO	
1. Diante do seu olhar, qual(is) o(s) impacto(s) negativo(s) que o uso excessivo de agrotóxico utilizado pelas fazendas gera(m) para a comunidade do Sítio Pau Branco?	
() ambiental () social () econômico () não existem impactos negativos () outros _____	

2. Qual(is) a(s) doença(s) provocada(s) na comunidade após a chegada do agronegócio? () doença respiratória () doença de pele () envenenamento de animais () não existe doença causada pelo agronegócio () outros: _____
3. Você acha que a comunidade consegue respirar um ar puro após a implantação das fazendas com atividades do agronegócio? () sim, continuo a respirar um ar puro () não, houve mudanças significativas no ar () só às vezes () raramente () outros: _____
4. Qual (is) a(s) benfeitoria(s) que o agronegócio trouxe para o Pau Branco? () oferta de empregos () desenvolvimento econômico () construção de rodovias, escolas e hospitais () não houve benfeitoria para a comunidade () outros: _____
5. O agronegócio trouxe ações sociais para a comunidade Sítio Pau Branco? Se sim, em qual(is) área(s) ? () sim, na educação e esporte

☐ sim, na cultura ☐ sim, na saúde ☐ o agronegócio não trouxe nenhuma ação social para a comunidade ☐ outros: _____
6. Em relação a forma de trabalhar com a terra, qual(is) a(s) mudança(s) provocada(s) após a chegada do agronegócio no Sítio Pau Branco? ☐ uso de máquinas ☐ agrotóxico ☐ sementes transgênicas ☐ não houve mudanças na forma de trabalhar com a terra ☐ outros: _____
7. Você considera que existem mais impactos negativos ou positivos com a chegada do agronegócio? ☐ positivos ☐ negativos ☐ metade positivo e metade negativo ☐ não houve impactos positivos nem negativos ☐ outros: _____
8. Você acha que atualmente a comunidade está preparada para receber o excesso de pessoas que vem trabalhar no agronegócio no que diz respeito a educação, saúde, segurança e habitação? ☐ sim ☐ não ☐ em partes ☐ quase sempre ☐ outros: _____
9. Houve mudanças relacionadas ao lençol freático (água) na comunidade Sítio Pau Branco após a chegada do agronegócio? ☐ sim, provocou escassez ☐ sim, provocou poluição na água ☐ sim, melhorou a qualidade da água ☐ não houve mudanças nem positivas nem negativas no lençol freático ☐ outros: _____
10. Que área de planta nativa da comunidade o agronegócio desmatou? ☐ cajueiro ☐ carnaubeira ☐ jurema ☐ a vinda do agronegócio não desmatou nenhuma planta nativa ☐ Outros: _____

11. Você percebe, nos lugares em que estão instalados o agronegócio, a troca de uma paisagem natural por alguma construção material?

- ☐ sim, construção de alojamentos
- ☐ sim, construção para embalagem de frutas
- ☐ sim, construção de escritórios
- ☐ não houve nenhuma troca de paisagem natural por material
- ☐ outros: _____

12. Apresente uma ação do agronegócio que prejudicou o contato do homem com a natureza na comunidade Sítio Pau Branco?

- ☐ desmatamento
- ☐ agrotóxico
- ☐ queimada
- ☐ não houve nenhuma ação que prejudicou a natureza
- ☐ outros: _____

13. Atualmente, qual(is) aspecto(s) (social, ambiental e econômico) o agronegócio mais influenciou na comunidade Sítio Pau Branco?

- ☐ social
- ☐ ambiental
- ☐ econômico
- ☐ nenhuma das alternativas
- ☐ Outros: _____